

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Valdir Erick dos Santos

***“Lembraí-vos de 35!”: o anticomunismo militar antes e depois do golpe de 1964 nas comemorações da “Intentona Comunista”***

Porto Alegre

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Valdir Erick dos Santos

***“Lembraí-vos de 35!”: o anticomunismo militar antes e depois do golpe de 1964 nas comemorações da “Intentona Comunista”***

Monografia de Conclusão de curso apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó

Porto Alegre

2019

Valdir Erick dos Santos

***“Lembrai-vos de 35!”: o anticomunismo militar antes e depois do golpe de 1964 nas comemorações da “Intentona Comunista”***

Monografia de Conclusão de curso apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó

Aprovado em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó (orientador) - UFRGS

---

Prof. Dra. Mariluci Cardoso de Vargas - UFRGS

---

Prof. Dr. Adolar Koch - UFRGS

*Comunista é o pseudônimo que os conservadores, os conformistas e os saudosistas do fascismo inventaram para designar simplisticamente todo o sujeito que clama e luta por justiça social.*

(VERÍSSIMO, Érico. Incidente em Antares)

## AGRADECIMENTOS

A produção deste trabalho de conclusão de curso foi um processo bastante penoso, tanto pelo tema tratado no atual conjuntura política do país, quanto por se tratar de uma pesquisa que representa o fim de um ciclo e início de outro.

Considero de extrema importância começar agradecendo a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Em um momento em que as instituições de ensino, especialmente as universidades, estão sob constante ataque daqueles que ocupam os postos de poder. Nesta difícil fase que estamos passando, de exaltação da ignorância e negação dos conhecimentos históricos e científicos, é nosso papel como defensores de uma universidade pública, gratuita e de qualidade, lutar pela preservação deste espaço que nos acolhe.

Neste sentido não posso deixar de mencionar o ex presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a ex presidenta Dilma Rousseff, por representarem um projeto de nação que valoriza a diversidade, igualdade, e, especialmente, a educação. Não podemos esquecer que em seus governos houve uma enorme ampliação das vagas no ensino superior, consolidada com a Lei de Cotas de 2012, além da criação de dezoito universidades federais e mais de 170 novos campi universitários pelo país. Esta é uma das chaves que explicam a perseguição que sofreram e sofrem.

Quero agradecer também a todos os professores e professoras do Departamento de História, pela sua dedicação a universidade e aos estudantes. Especialmente a professora Regina Weber pelas disciplinas de História Moderna; a professora Carla Brandalise pelas conversas e sugestões; e a professora Carla Simone Rodeghero, pelas ajudas e dicas em relação a este estudo sobre assunto em que é especialista.

Não poderia deixar de agradecer ao professor Luiz Alberto Grijó, por ter aceito a tarefa de me orientar nesta pesquisa. Nossas conversas e suas sugestões foram de extrema importância para que eu repensasse meu projeto.

Devo agradecer aos meus pais e minha família pelo apoio nessa trajetória, sabemos o quanto deve ser difícil para os nossos pais compreenderem por que escolhemos a profissão de professor de História.

Por fim, mas não menos importante, devo agradecer ao companheirismo dos e das colegas da “/16”, amigos e amigas que fiz durante esse tempo e que espero poder levar adiante na vida.

Com certeza as suas companhias tornaram essa experiência muito melhor. Passamos por tantas coisas durante essa graduação que chega a parecer que ela durou dez anos. Foram quatro anos de reclamações e ódios compartilhados, disputas de qual “melhor século” ou período histórico, tipicamente coisas de historiadores chatos.

Aliás, obrigado por me aguentarem. Eu sei, é difícil.

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar e comparar as mensagens anticomunistas das Forças Armadas brasileiras nas cerimônias de comemoração da “intenção comunista de 1935” em dois períodos distintos da política nacional. O período do governo de João Goulart (1961-1964), que configurou o segundo grande surto anticomunista da história do Brasil; e o período imediatamente posterior ao golpe de Estado que depôs esse governo até a consolidação da Ditadura com o AI-5 (1964-1968). No trabalho procuramos compreender o discurso anticomunista militar e sua inserção na vida política, a partir dessas cerimônias, ocorridas anualmente em 27 de novembro, onde a Instituição oficialmente se posiciona contra o comunismo e os comunistas.

Palavras-chave: Anticomunismo. Exército brasileiro. Ditadura civil-militar. Comunismo. História política do Brasil.

## LISTA DE ABREVIATURAS

ARENA - Aliança Renovadora Nacional  
ARENA - Aliança Renovadora Nacional  
AMAN - Academia Militar das Agulhas Negras  
CCC - Comando de Caça aos Comunistas  
DSN - Doutrina de Segurança Nacional  
F.A - Forças Armadas  
MAC - Movimento Anticomunista  
MDB - Movimento Democrático Brasileiro  
O.D - Ordem do Dia  
PC - Partido Comunista  
PCB - Partido Comunista Brasileiro  
PCdoB - Partido Comunista do Brasil  
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro  
UDN - União Democrática Nacional  
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO 2. O ACIRRAMENTO DA LUTA DE CLASSES NO BRASIL E O GOVERNO JANGO: A SEGUNDA ONDA ANTICOMUNISTA (1961-1964)</b> .....	23
2.1. O ANTICOMUNISMO NO CENTRO DA POLÍTICA BRASILEIRA.....	23
2.2. JANGO: DO MINISTÉRIO DO TRABALHO À PRESIDÊNCIA.....	24
2.3. O GOVERNO JOÃO GOULART: A SEGUNDA ONDA ANTICOMUNISTA.....	29
2.4. AS FORÇAS ARMADAS NO COMBATE AO COMUNISMO: OS 27 DE NOVEMBRO NO GOVERNO JANGO (1961-63).....	36
<b>CAPÍTULO 3. LEMBRAI-VOS DE 35! OS MILITARES NO PODER E CONTINUIDADE DO COMBATE AOS COMUNISTAS (1964-1968)</b> .....	40
3.1. O ANTICOMUNISMO VITORIOSO: O GOLPE DE 1º DE ABRIL.....	40
3.2. A CONSOLIDAÇÃO DO NOVO REGIME.....	42
3.3. OS COMUNISTAS PÓS 64 E O COMBATE À DITADURA.....	45
3.4. O ANTICOMUNISMO MILITAR RENOVADO: OS 27 DE NOVEMBRO SOB A DITADURA.....	48
3.5. 1968: RUMO À MILITARIZAÇÃO TOTAL.....	55
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	60
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	63

## 1 - INTRODUÇÃO:

Se o século XX foi o “século soviético”, chegando a ter mais de uma terça parte da população do globo vivendo sob regimes de inspiração socialista soviética, configurando assim o século das revoluções socialistas, das utopias, da tentativa de construção de um mundo diferente e melhor; não obstante, podemos considerá-lo também o século *antissoviético*, das contrarrevoluções de combate aos socialistas e aos comunistas.

O século passado foi um período histórico de violência e traumas. O século do nazi-fascismo e de todas as barbaridades do hitlerismo. Século de duas guerras mundiais de destruição jamais antes vista e que atingiu principalmente as populações civis dos países beligerantes. O século da Guerra Fria entre as duas superpotências mundiais e demasiado “quente” nas suas periferias. Segundo o historiador britânico Eric Hobsbawm em seu conhecido livro sobre o “breve século XX”, este teria sido

o século mais assassino de que temos registro, tanto na escala, frequência e extensão da guerra que o preencheu, mal cessando por um momento na década de 1920, como também pelo volume único das catástrofes humanas que produziu, desde as maiores fomes da história até o genocídio sistemático.<sup>1</sup>

Neste breve século muitos regimes políticos impuseram-se com o pretexto de combater o comunismo, como podemos perceber nas ditaduras militares ou civil-militares latino-americanas das décadas de 1960 e 1970 que, em maior ou menor medida, se serviram de tais argumentos.

Na América Latina, o anticomunismo tem servido, em todos os casos em que inspirou os atos antidemocráticos, como o caminho mais fácil para às ditaduras mais implacáveis e criminosas.<sup>2</sup>

Regimes autoritários, ditatoriais, até mesmo fascistas, foram utilizados para barrar a expansão do comunismo. Segundo Michael Parenti, em estudo sobre a cruzada anticomunista nos Estados Unidos pós II Guerra Mundial, os grupos anticomunistas,

Convencidos de que o comunismo é a maior ameaça jamais enfrentada pela humanidade e fortalecidos nessa crença por estereótipos demoníacos, por duplos padrões morais e por enorme poder militar, os anticomunistas americanos se vem permitidos toda sorte de odiosas ações, com o objetivo de conter a “ameaça”; assim,

---

<sup>1</sup> HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 22

<sup>2</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **A intentona comunista de 1935**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. p. 108

causam um maior número de misérias e perigos do que os que, pretensamente, procurariam erradicar e se transformam no mal que alegam combater.<sup>3</sup>

De forma simplificada, a utilização do prefixo “anti” indica direção contrária, oposição, contrariedade ao elemento que antecede. Ou seja, o anticomunismo seria a postura de oposição sistemática ao comunismo; os indivíduos ou grupos anticomunistas seriam aqueles que mantêm uma recusa militante aos ideias ou projetos comunistas, ou associados ao comunismo.

Entretanto, para Luciano Bonet o anticomunismo seria um fenômeno com “valores bem mais profundos que o de uma simples oposição de princípios, contida, não obstante, na dialética política normal, tanto interna como internacional”<sup>4</sup>. Considerando isso, vale ressaltar a diversidade de grupos que utilizam a bandeira do anticomunismo, há o anticomunismo militar, clerical/católico, fascista/hitlerista, liberal, social-democrata, até mesmo anticomunismo por parte da esquerda socialista.

Em se tratando da historiografia brasileira, como veremos mais adiante, o tema do anticomunismo já está consolidado como campo de pesquisas históricas. Esse campo de pesquisa é resultado tanto de uma renovação da História política quanto do maior espaço dado a história cultural e social na academia desde meados do século XX.

Citamos acima que há uma diversidade de grupos que podemos encarar como anticomunistas, a nossa pesquisa é focada em um desses em específico: o *anticomunismo militar*, no período de 1961 a 1968.

Escolhemos esse tema considerando a importância política e ideológica que o Exército experimentou durante o século XX no Brasil, passando de um papel simplesmente “moderador” na política brasileira a grupo que exercerá diretamente o poder por um longo período. Nosso recorte procurou compreender o discurso anticomunista do Exército durante a chamada segunda “onda” anticomunista (1961-1964), bem como deixar evidente as diferenças desse discurso no período pós golpe de Estado de 64 (1964-1968).

Escolhemos os primeiros quatro anos da ditadura civil-militar - antes da edição do Ato Institucional nº 5 - por dois motivos principais: o primeiro é a própria configuração do Estado no pós golpe, procurando manter uma maquiagem de constitucionalidade e

---

<sup>3</sup> PARENTI, Michael. **A cruzada anticomunista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p.XIX

<sup>4</sup> BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UNB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 34

normalidade, garantindo certos direitos como de manifestação e liberdade de imprensa. O segundo é a mudança no discurso anticomunista após a crise de 1968. Segundo Maud Chirio,

O anticomunismo militar não é apenas reavivado pelos distúrbios políticos e a efervescência política de 1968: ele muda de tom. Enquanto os temas da destruição da família, da derrubada da moral e dos estragos provocados pelo materialismo ateu não eram até 1968 centrais nas declarações públicas de militares, eles se tornam nesse momento as provas obsessivas do progresso da subversão.<sup>5</sup>

No período anterior ao golpe os temas tratados eram mais genéricos, embora temas quentes da política interna e externa estivessem presentes direta ou indiretamente nas declarações. No período pós golpe a ênfase das mensagens era demonstrar como a situação havia se deteriorado no governo Jango, que estaria levando os comunistas ao poder, e, sobretudo, procurando relacionar a crise de novembro de 1935 a de março de 1964, assim justificando o golpe de Estado.

Podemos dizer que o fenômeno anticomunista nasceu junto com o próprio comunismo no século XIX, basta uma breve análise do famoso Manifesto Comunista de Karl Marx e Friedrich Engels, de 1848. Nesse panfleto os intelectuais já iniciam sentenciando que “um fantasma ronda a Europa: o fantasma do comunismo. Todos os poderes da antiga Europa uniram-se numa caçada demagógica ao fantasma”<sup>6</sup>. Mais adiante denunciam que “os comunistas são condenados ulteriormente pelo desejo de abolir países e nacionalidades”<sup>7</sup>, ainda respondem que “as acusações contra o comunismo feitas de um ponto de vista religioso, filosófico e, geralmente, ideológico não merecem um exame sério”<sup>8</sup>.

Mas é a Revolução Russa de 1917 e a ascensão dos bolcheviques ao poder que transformará aquilo que até então eram promessas e projetos, em um “perigo” real. O que era apenas teoria tornou-se existência concreta. As repercussões da vitória bolchevique foram imensas no ocidente, como bem analisou Marc Ferro em *O Ocidente diante da Revolução Soviética*<sup>9</sup>.

No Brasil a repercussão foi igualmente sentida. Já em 1917 ocorreram inúmeras greves operárias em importantes cidades do país, além de manifestações em solidariedade ao povo russo. Aqueles que tiveram simpatia pela revolução foram chamados de “maximalistas”,

---

<sup>5</sup> CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 121

<sup>6</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p.7

<sup>7</sup> Ibid., p.40

<sup>8</sup> Ibid., p.41

<sup>9</sup> FERRO, Marc. **O ocidente diante da revolução soviética**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

em referência aos bolcheviques. Segundo Moniz Bandeira, não se fazia diferença “entre anarcossindicalistas, anarquistas e socialistas. E, após a revolução Russa, o rótulo de maximalistas coube a todos que defendiam o direito e as reivindicações dos trabalhadores”<sup>10</sup>.

A fundação de uma União Geral dos Trabalhadores em março de 1918 e a comemoração da vitória bolchevique na festa do 1º de maio no Rio de Janeiro deixaram as classes dominantes em alerta. Conforme o historiador, é só em novembro de 1918 e ao longo de 1919 que a intelectualidade e a imprensa carioca vão compreender o verdadeiro significado social da revolução - que até então era muito ligada a Grande Guerra - “descobrimo, não sem certo assombro, que a “ameaça maximalista” como um fenômeno europeu, quiçá mundial, não apenas russo, poderia bater às portas das Américas”<sup>11</sup>.

A fundação, em 1922, do Partido Comunista do Brasil (PCB), além de muitos outros PCs por toda a América e Europa, confirma a grandiosidade a nível mundial do processo revolucionário na Rússia. Em suma, conforme escreveu Hobsbawm, a revolução russa tornou-se “tão fundamental para a história deste século quanto a Revolução Francesa de 1789 para o século XIX”<sup>12</sup>.

A década de 1930 é um ponto chave para a história do anticomunismo, é a partir de 1935 que ele é disseminado na sociedade brasileira após os levantes comunistas em Natal, Recife e Rio de Janeiro, entre os dias 23 e 27 de novembro. O anticomunismo é também institucionalizado nas Forças Armadas, aqui entramos no tema desta pesquisa.

Neste trabalho propomos analisar as mensagens emitidas pelos comandos das Forças Armadas em comemoração da derrota da chamada “Intentona comunista” e as mudanças nesses discursos em duas conjunturas políticas distintas. Note-se que a própria designação dos levantes de 1935 como “intentona” é creditada aos anticomunistas, e segue até os dias atuais de uso corrente.

Segundo Marly de Almeida Vianna, em excelente e bem documentado estudo sobre os levantes de 1935, estes teriam sido a última manifestação da rebeldia tenentista da década de 1920, configurando levantes essencialmente militares. Em seu estudo, a historiadora além de fazer uma análise do contexto e dos principais personagens envolvidos, como Luiz Carlos

---

<sup>10</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Ano Vermelho: A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 247

<sup>11</sup> Ibid., p. 373

<sup>12</sup> HOBBSAWM, Eric. Op.Cit., p. 62

Prestes, ANL e PCB, Vianna ainda faz um excelente estudo de caso de cada uma das três revoltas<sup>13</sup>.

Segundo Nelson Werneck Sodré, os levantes ocorreram primeiro em Natal, no dia 23 e depois em Recife no dia 24. Conforme o historiador, “apesar dessas experiências, com o fracasso delas já conhecido, o levante previsto para o Rio de Janeiro ocorreu a 27 de novembro”<sup>14</sup>. Na capital federal dois focos se levantaram, o 3º regimento de infantaria, na Praia Vermelha e a Escola de Aviação Militar. Os levantes foram prontamente reprimidos e os envolvidos mortos ou presos.

Sobre as origens e protagonistas dos levantes a discussão ainda não é consensual. Sabe-se que a Aliança Nacional Libertadora não era somente comunista, mas sim uma ampla organização antifascista e antiimperialista, que tinha em suas fileiras militantes de diversas ideologias.

Outra questão polêmica é sobre a participação da Internacional Comunista nos levantes. Para seus detratores na época, e segundo muitos historiadores posteriormente, os levantes teriam sido planejados em Moscou. Não há evidências de tal afirmação. Aliás, conhecendo a história da União Soviética no período, sabe-se que a orientação era o desenvolvimento do *socialismo em um só país*. Segundo Vianna,

É inquestionável que a IC foi sempre eurocêntrica e soviocêntrica, e o Brasil - como de resto toda a América Latina - nunca fez parte de suas prioridades revolucionárias voltadas, especialmente nos anos 1930, para a defesa da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), num quadro geopolítico de avanço do nazifascismo.<sup>15</sup>

Não é nosso objetivo aqui uma análise pormenorizada desses acontecimentos, apesar de sua importância histórica, voltamos apenas a enfatizar que foram movimentos de militares nacionalistas e/ou comunistas ligados a ANL, e que devido a falta de organização e lideranças foram prontamente reprimidos pelas forças governistas. Uma análise mais profunda pode ser encontrada na bibliografia indicada.

O que mais nos interessa neste estudo é a utilização política desses levantes feita imediatamente após sua derrota. Logo após os levantes o presidente Getúlio Vargas utiliza um argumento, inverídico, que será repetido pelos anticomunistas até os dias atuais. De que

---

<sup>13</sup> Conferir capítulos 7, 8 e 9, p. 245-363. In: VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935: sonho e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

<sup>14</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit., p. 88

<sup>15</sup> VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Op.Cit., p. 20

militares legalistas foram mortos enquanto estavam dormindo. Segundo o presidente, nos levantes do Rio de Janeiro se teria “registro de cenas de revoltantes traições e até de assassinio frio e calculado de companheiros adormecidos”<sup>16</sup>.

Para Sodré, esse processo de “difamação ideológica” envolveu a disseminação de inúmeras inverdades. Segundo o historiador “no que se refere aos combates de 1935, somente os revoltosos foram malsinados, quando, na verdade, houve combates e, portanto, de parte a parte houve mortos e feridos”<sup>17</sup>. O historiador afirma que nem o inquérito do delegado responsável, nem o relatório do Tribunal de Segurança Nacional, fazem a menor referência a esse fato. Argumenta ainda que,

Ninguém matou ninguém dormindo. Por muitos motivos, inclusive porque ninguém estava dormindo. As tropas estavam de prontidão rigorosa desde o dia 23 de novembro, num clima de extrema tensão porque era sabida a iminência de um levante militar.<sup>18</sup>

Não iremos discutir todas as inúmeras inverdades disseminadas e repetidas religiosamente nas cerimônias de comemoração da derrota da “Intentona”, citamos esse exemplo apenas para mostrar como esse episódio foi mitificado dando origem a inúmeras lendas em torno dos levantes e dos “traidores” do Brasil e do Exército.

Tratemos agora das comemorações em específico. Para Motta, as vantagens propagandísticas dos levantes são evidentes, “tratava-se de um caso real, ocorrido no Brasil, e não de informações relativas a terras longínquas. O comunismo deixava de ser uma abstração e adquiria perfil definido”. Portanto, o anticomunismo passava a ter um forte apelo, “sensibilizando setores significativos da sociedade que até então não davam ouvidos às advertências sobre o “perigo vermelho”<sup>19</sup>. As cerimônias constituíram um dos principais elementos para a construção de um *imaginário anticomunista* difundido na sociedade por décadas.

Segundo Celso Castro, o ritual de comemorações da Intentona faz parte de um conjunto de tradições que serviu para dar identidade ao Exército Brasileiro, assim como o culto ao Duque de Caxias e Marechal Osório e primeira batalha de Guararapes. Para este autor a frustrada revolta comunista de novembro de 1935 “foi um evento chave que

---

<sup>16</sup> VARGAS, Getúlio. Pronunciamento do presidente Getúlio Vargas (1 jan. 1936). In: CARVALHO, Ferdinando de. **Lembraí-vos de 35!**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981. p. 113

<sup>17</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Op.Cit., p. 105

<sup>18</sup> Ibid., p. 107

<sup>19</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2002. p. 76

desencadeou o processo de institucionalização da ideologia anticomunista no interior das Forças Armadas”<sup>20</sup>.

Assim como Castro, nós consideramos essa tradição anticomunista do Exército como uma “tradição inventada”, no sentido de ser

um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.<sup>21</sup>

Durante mais de meio século todos os dias 27 de novembro aconteciam cerimônias oficiais em rememoração dos levantes, nessas cerimônias eram lidas as Ordens do Dia<sup>22</sup> dos ministros militares, além de discursos de autoridades militares, civis e eclesiásticas. Também era lida uma lista com o nome dos legalistas supostamente mortos pelos insurretos e disparavam salvas de canhão. A repetição desse rito fez com que a sociedade associe, até hoje, as Forças Armadas ao combate ao comunismo.

Mas no que consiste o anticomunismo militar, quais suas semelhanças e diferenças em relação aos demais *anticomunismos*? Para responder esses questionamentos e outros, será essencial nesta pesquisa a dissertação de Roberto Martins Ferreira defendida em 1986 e publicada como livro *Organização e Poder: Análise do Discurso Anticomunista do Exército Brasileiro*<sup>23</sup>.

Nessa obra o autor afirma que é preciso desnaturalizar a pretensa vocação anticomunista das Forças Armadas, pois essa identidade foi forjada historicamente ao longo de muito tempo. Segundo o autor “defende-se que discurso anticomunista foi uma escolha racional entre as várias opções disponíveis no mercado de ideias”, sendo os levantes comunistas de 1935 quem “forneceu material para que a organização militar se projetasse na cena política não mais como força subordinada mas como sócia do poder”<sup>24</sup>.

---

<sup>20</sup> CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p.49

<sup>21</sup> HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017. p. 8

<sup>22</sup> Ordens do Dia são mensagens oficiais emitidas pelos chefes do alto escalão militar às suas tropas. No caso das Ordens do Dia de 27 de novembro, eram assinadas geralmente pelo Ministro da Guerra (pós 1967 Ministro do Exército), dirigido a toda a corporação e para ser lida nos quartéis e em cerimônias oficiais, além de serem amplamente difundidas em revistas militares e na grande imprensa.

<sup>23</sup> FERREIRA, Roberto Martins. **Organização e poder: análise do discurso anticomunista do Exército Brasileiro**. São Paulo: Annablume, 2005.

<sup>24</sup> Ibid., p. 15



Segundo Ferreira, “a mensagem anticomunista do Exército adquire um estatuto mais elevado a medida que há uma solenidade para consagra-la”<sup>25</sup>, e a partir dessas solenidades, institucionalizadas no calendário cívico das Forças Armadas, de 1938 em diante, consolidou-se um “ethos anticomunista” na Instituição. As solenidades adquirem suma importância pois é necessário que “não só a corporação se veja como anticomunista, mas também que seja vista assim pelos demais atores da cena política”<sup>26</sup>. Essa associação das Forças Armadas com o combate ao comunismo servirá para justificar as intervenções dos militares na política, assim como em 1937 e 1964.

Apesar da dificuldade para encontrar as explicações e origens das mensagens anticomunistas do Exército, Ferreira mapeia cinco principais. O autor rejeita a mais difundida delas, de que o anticomunismo seria “característica imanente do exército”, que *ser militar é ser anticomunista*. Como já vimos, essa tradição foi “inventada” a partir de elementos históricos e políticos, portanto, “ao se aceitar uma ideologia como inerente a uma organização estamos esquecendo que a relação entre ambas é dotada de historicidade”<sup>27</sup>.

Também é rejeitada a explicação marxista de que o anticomunismo seria uma “manifestação da consciência de classe”, para o autor a principal problemática dessa explicação é que estamos tratando de uma instituição extremamente hierarquizada em que as classes sociais ficariam em segundo plano diante dos princípios organizativos e disciplinares.

Também não pareceu suficiente para o autor a explicação do anticomunismo militar ser reduzido a um “instrumento do imperialismo”. Essa seria outra teoria bastante difundida entre os estudiosos do tema, devido a influência do imperialismo norte-americano no Brasil, e em especial no Exército. Basta olharmos para a Escola Superior de Guerra e para a Doutrina de Segurança Nacional, porém, como bem pontua o autor, a mensagem anticomunista do Exército antecede em muito este período de influência direta. Além disso, essa explicação daria muita ênfase a processos externos, eximindo de responsabilidade os processos internos.

Por fim, o autor aproxima-se mais das duas últimas explicações: o “anticomunismo como prática do aparato de Estado”, oficializado a partir de instituições e práticas específicas dos órgãos de Estado; e “anticomunismo como elemento da estratégia organizacional”. O estudo de Ferreira, e nós tendemos a concordar com ele, baseia-se principalmente nesta última explicação.

---

<sup>25</sup> FERREIRA, Roberto Martins. Op.Cit. 54

<sup>26</sup> Ibid., p. 59

<sup>27</sup> Ibid., p. 67

Conforme já discutido acima, a escolha da mensagem anticomunista das Forças Armadas foi política e estratégica. A opção pelos levantes militares de 1935 foi igualmente estratégica e essencialmente ideológica; se não o fosse, por qual motivo as duas tentativas de golpe dos militantes integralistas em 1938 também não geraram tamanha comoção? Por que a derrota dos integralistas liderados por Plínio Salgado não é celebrada anualmente pela Instituição?

Nessas circunstâncias o anticomunismo é utilizado como estratégia de poder dentro da organização. Recorre-se a ele para dizer a que se acusa, que ele não pertence verdadeiramente a organização ou está querendo desvirtuar os seus rumos. Ele só pode ter essa utilização porque passou a fazer parte da cultura organizacional.<sup>28</sup>

Para corroborar com sua tese Ferreira utiliza a pesquisa de Edmundo Campos Coelho como referencial. A obra *Em Busca de Identidade*, é essencial para o estudo da história do Exército desde sua fundação e as relações da corporação com a política e sociedade civil. Neste estudo Coelho também trata sobre os levantes, afirmando que “o impacto da intentona comunista sobre o Exército deveu-se ao fato de que, com sua deflagração, os chefes militares adquiriram consciência do quanto haviam perdido o controle da situação”<sup>29</sup>. Afirma também que a descoberta de um inimigo comum - o comunismo - se tornava fator de coesão e solidariedade interna e que poderia se estender a todos os escalões.

Analisando de modo geral, os militares rechaçariam o comunismo pois ele atingiria dois princípios basilares da carreira militar: disciplina e hierarquia. Esses princípios vão se consolidando à medida que as Forças Armadas também se consolidam como Instituição, que nada mais é do que o braço armado do Estado responsável por manter intacto o *status quo*.

Outra pesquisa que será fundamental em nosso trabalho é a tese de doutorado em História de Rodrigo Patto Sá Motta, defendida em 2000 e publicada como livro em 2002, com o título de *Em Guarda contra o “perigo vermelho”*<sup>30</sup>. Nesta obra Motta escreve uma história do anticomunismo no país desde a Revolução Russa até o golpe de Estado de 1964, trazendo importantes contribuições acerca do *imaginário anticomunista*, suas matrizes, a iconografia e a “*indústria*” do anticomunismo.

---

<sup>28</sup> FERREIRA, Roberto Martins. Op.Cit., p. 87

<sup>29</sup> COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 120

<sup>30</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2002.

O foco de análise do autor são as chamadas duas grandes “ondas” de surto anticomunista: 1935 a 1937, desde os levantes comunistas até o golpe do Estado Novo; e, 1961 a 1964, desde ascensão de João Goulart ao poder até o golpe civil militar de 1º de abril de 1964. A principal tese do autor é que o anticomunismo foi uma das principais justificativas para os dois golpes e ditaduras instaladas no Brasil no século XX.

Embora já tenhamos discutido as origens e explicações do anticomunismo militar, podemos fazer aproximações com as matrizes do anticomunismo analisadas por Motta, segundo o autor seriam elas: catolicismo<sup>31</sup>, nacionalismo e liberalismo. Principalmente as duas primeiras se aproximam bastante das mensagens anticomunistas das Forças Armadas.

Para o autor, a Igreja Católica teria sido uma das instituições “mais empenhada no combate aos comunistas ao longo do século XX. Para as lideranças católicas o comunismo era um inimigo irreconciliável”<sup>32</sup>. Considerando que o Brasil é historicamente um país de forte tradição católica, é compreensível que o discurso moralista e cristão de combate aos comunistas também esteja presente nas mensagens das Forças Armadas.

Praticamente todas as mensagens referentes ao dia 27 de novembro, fazem menção ao comunismo como ideologia “divorciada dos sentimentos cristãos e de liberdade que são característica de nosso povo”<sup>33</sup>. Segundo as Ordens do Dia a “sanha perversa do comunismo ateu”<sup>34</sup>, que é “hostil ao espírito democrático e cristão de nossa gente”, não conquistaria o coração dos brasileiros “cuja estrutura cristã é inteiramente imune aos extremismos”<sup>35</sup>.

Aliado ao moralismo católico, outra repetição constante nas mensagens é a ideia de traição dos elementos comunistas, que teriam traído tanto a Nação quanto a Corporação e seus camaradas de caserna. Segundo as mensagens, a intentona comunista teria sido “tramada pela

---

<sup>31</sup> Vale ressaltar que o anticomunismo católico é um dos mais estudados pela historiografia. Destacamos as seguintes pesquisas: RODEGHERO, Carla Simone. **Memórias e combates: uma história oral do anticomunismo católico no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Letra e Voz, 2017; \_\_\_\_\_. **O diabo é vermelho: o imaginário anticomunista e a Igreja católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)**. Passo Fundo: Editora UFP, 2003; BETT, Ianko. **A (re) invenção do comunismo: discurso anticomunista católico nas grandes imprensas brasileira e argentina no contexto dos golpes militares de 1964 e 1966**. São Leopoldo: UNISINOS, 2010. Dissertação (mestrado em História). Programa de pós graduação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo-RS, 2010; MONTEIRO JÚNIOR, Luis Otávio Ribeiro. **A cruz e a espada contra a foice e o martelo: anticomunismo católico e militar no Brasil (1917-1945)**. Rio de Janeiro: UFF, 2014. Dissertação (mestrado em Assuntos Estratégicos). Programa de pós graduação em Assuntos Estratégicos da Defesa e Segurança. Instituto de Assuntos Estratégicos. Universidade Federal Fluminense, 2014.

<sup>32</sup>MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op.Cit., p. 18

<sup>33</sup> ALMEIDA, Ângelo Nolasco de. Ordem do Dia da Marinha (27 nov. 1961). In: CARVALHO, Ferdinando de. **Lembraí-vos de 35!**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

<sup>34</sup> GEISEL, Orlando. Alocução do Representante das Forças Armadas (27 nov. 1967). In: Op.Cit.

<sup>35</sup> RIBEIRO, Jair Dantas. Ordem do Dia do Exército (27 nov. 1963). In: CARVALHO, Ferdinando de. Op.Cit.

deslealdade e pela traição dos que não desejavam nem mereciam ser cidadãos de uma Pátria livre<sup>36</sup>, os mortos no conflito teriam sido “vitimados pela traição”<sup>37</sup>, por uma “traíçoeira luta armada”<sup>38</sup>, enfim, pela “traição de alguns maus brasileiros”<sup>39</sup>.

O nacionalismo de viés ultraconservador, que enfatizava a defesa da ordem, da integração da nação e da centralização contra as forças da subversão e desordem, também é uma das matrizes do anticomunismo brasileiro muito presente nas mensagens analisadas. Os comunistas seriam “maus brasileiros” pois sua ideologia era importada e “exótica”, além de servirem a uma potência estrangeira, a URSS.

Segundo Motta, a atuação dos comunistas “era execrada, pois eles incentivavam a divisão ao enfatizarem as lutas opondo os grupos sociais. A nação, na concepção organicista dos conservadores, deveria ser preservada integralmente”<sup>40</sup>.

Nas mensagens sobre os levantes comunistas, afirma-se que “os aventureiros de 1935 nada mais fizeram do que facilitar os “dez dias que abalaram o mundo”, na Rússia de 1917”<sup>41</sup>. Os comunistas teriam recebido “ordens subversivas de longínquas paragens”<sup>42</sup>, devido a isso os bons brasileiros (não-comunistas), foram “sacrificados por apátridas assassinos, numa tentativa de escravizar o nosso Brasil ao comunismo internacional”<sup>43</sup>.

Já tratamos sobre nosso tema, recorte temporal e algumas das principais obras que serão utilizadas como referência na pesquisa. Em relação as nossas fontes, utilizaremos essencialmente as já mencionadas mensagens referentes às cerimônias de 27 de novembro em comemoração da derrota da “Intentona Comunista de 1935”, principalmente as Ordens do Dia, sobretudo do Exército<sup>44</sup>, e as alocações dos representantes das Forças Armadas e dos chefes do Executivo. Utilizamos também alguns outros documentos envolvendo diretamente as Forças Armadas na política, como o “Memorial dos Coroneis”, as notas dos ministros

---

<sup>36</sup> TAVARES, Aurélio de Lyra. Ordem do dia do Exército (27 nov. 1968). In: Op.Cit.

<sup>37</sup> ALMEIDA, Ângelo Nolasco de. Op.Cit.

<sup>38</sup> BAPTISTA, Ernesto de M; COSTA E SILVA, Arthur da; WANDERLEY, Nelson F. L. Ordem do Dia Conjunta dos Ministros da Marinha, da Guerra e da Aeronáutica (27 nov. 1964). In: Op.Cit.

<sup>39</sup> TAVARES, Aurélio de Lyra. Ordem do dia do Exército (27 nov. 1967). In: Op.Cit.

<sup>40</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op.Cit., p. 30

<sup>41</sup> BALEEIRO, Aliomar. Alocação do representante da presidência da República (27 nov. 1965). In: Op. Cit.

<sup>42</sup> ALMEIDA, Ângelo Nolasco de. Ordem do Dia da Marinha (27 nov. 1961). In: CARVALHO, Ferdinando de. Op.Cit.

<sup>43</sup> ROCHA, Acyr Dias de Carvalho. Alocação do representante das Forças Armadas (27 nov. 1966) In: Op. Cit.

<sup>44</sup> Nosso foco é a análise das Ordens e demais mensagens do Exército Brasileiro, devido a maior quantidade de fontes, embora tenhamos utilizado também algumas Ordens e alocações de representantes de outras armas, como a Marinha.

militares contra a posse de Jango em 1961 e a circular do marechal Castelo Branco nas vésperas do golpe de 1964, entre outros documentos que consideramos pertinentes.

As fontes principais que utilizamos foram reunidas em uma coletânea de Ordens do Dia e Alocuções de 1936 a 1980, organizada pelo coronel Ferdinando de Carvalho, sugestivamente sob o título de *Lembra-vos de 35!*. Este oficial era considerado um dos “linha dura” da ditadura, e segundo Chirio “sua obsessão anticomunista, que a chefia do IPM contra o Partido Comunista Brasileiro enraíza definitivamente em setembro de 1964, manifesta-se por uma abundante produção editorial ao longo de todos os anos 1970”<sup>45</sup>.

O fato de Carvalho ter sido o responsável pelo famoso IPM 709 fez com que ele reunisse abundante material referente ao comunismo (e anticomunismo), reforçando sua ojeriza a esta ideologia. A sua produção se confirma tanto pela organização desta coletânea que hoje nos é útil, mas também por tantos outros livros de literatura centrados no tema do combate ao comunismo.

Sandra Regina Souza utilizou o IPM 709 e dois livros do general Carvalho, como fonte para sua tese de doutorado em História, apresentada no programa de pós graduação da UFBA<sup>46</sup>. *Os Sete matizes do Vermelho* e *Os Sete Matizes do Rosa* foram escritos pelo general na década de 1970 a partir de suas pesquisas a frente do IPM do PCB.

Sobre a organização do trabalho, o segundo capítulo trata da chamada “segunda onda” anticomunista, entre os anos de 1961 até o golpe de 1964. Focando nas disputas políticas durante o governo João Goulart, e nas disputas políticas envolvendo as Forças Armadas. As fontes analisadas são as Ordens e alocuções das cerimônias de 1961 a 1963, tendo em vista que Jango foi deposto em abril de 1964, antes da cerimônia de 27 de novembro.

O terceiro capítulo trata sobre o período do pós golpe até a edição do AI-5, com ênfase nas disputas intra-militares o processo de militarização do Estado. A ênfase é compreender as mudanças do discurso anticomunista nesse período, quais as formas que os representantes das Forças Armadas procuraram justificar o golpe associando 1935 e 1964.

---

<sup>45</sup> CHIRIO, Maud. Op.Cit., p. 62

<sup>46</sup> SOUZA, Sandra Regina B. S. **Os sete matizes do rosa ou o mundo contaminado pela radiação comunista: homens vermelhos e inocentes úteis**. Salvador: UFBA, 2009. Tese (doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de pós graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia, 2009.

E por fim faço algumas considerações finais sobre a escrita deste trabalho de conclusão de curso e sobre este tema que tanto está presente nas disputas políticas da atualidade.

## **Capítulo 2: O acirramento da luta de classes no Brasil e o governo João Goulart: a segunda *onda anticomunista* (1961-1964)**

### **2.1- O anticomunismo no centro da política brasileira**

O século XX é visto por muitos autores como o “século soviético”, devido não somente ao sucesso da revolução soviética de 1917 ou a vitória da União Soviética sobre os nazistas na Segunda Guerra Mundial, mas também pelo protagonismo na política internacional que o gigante socialista teve durante as mais de sete décadas de existência. A relevância do bloco soviético se deu também por fazer frente à hegemonia estadunidense no período que ficou conhecido como Guerra Fria, que nada mais foi do que a disputa econômica, política e ideológica entre o ocidente capitalista e o oriente socialista.

No Brasil, essa disputa foi igualmente marcante, e o anticomunismo foi um dos principais elementos presentes nas disputas políticas do país, sendo protagonista em diversos momentos definidores da história brasileira. Como vimos, o combate aos comunistas foi intensificado a partir dos levantes de 1935, quando o governo e instituições como o Exército e Igreja Católica colocaram os comunistas como seus maiores inimigos. No período pós Segunda Guerra essa disputa será ressignificada em grande medida.

A União Soviética lutou junto aos Aliados contra o nazi-fascismo, sendo essencial para a derrota dos nazistas. A penosa vitória rendeu certo prestígio ao país e aos comunistas em geral, e a esquerda marxista teve um importante avanço em escala mundial. Segundo Bethell e Roxborough, “os partidos comunistas da América Latina usufruíram, por breve espaço de tempo, de alguma popularidade, poder e influência”<sup>47</sup>. Para os autores, a história da América pós guerra é dividida em dois momentos, o primeiro de 1944 a 1946 é caracterizado por certa democratização, tendência a esquerda e militância trabalhista. O segundo, 1946 a 1948, foi de inversão da situação, com a repressão aos partidos comunistas, direitização dos partidos reformistas e contenção do avanço democrático<sup>48</sup>.

Nesse contexto, em 1945 o PCB voltou a ter sua atuação legalizada, e nesse mesmo ano o Brasil finalmente reconheceu diplomaticamente a União Soviética, após quase trinta anos de existência do país. Entretanto, a virada já viria em 1946 e 1947 com a volta da forte

---

<sup>47</sup> BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian. **A América Latina: entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p.31

<sup>48</sup> *Ibid.*, p.18-19

repressão a esquerda e a cassação do registro do PCB, que em menos de dois anos voltava à ilegalidade.

Também em 1947 o Brasil rompeu relações diplomáticas com a URSS, segundo Motta “a ruptura foi ponto culminante de processo tenso iniciado em 1946, que ecoava a campanha do governo brasileiro contra o Partido Comunista”, o autor também deixa claro que “não se pode dizer que os comunistas ou a URSS provocaram tal situação, pois a linha política seguida então era moderada e conciliadora”<sup>49</sup>. O ultraconservador e ferrenho anticomunista Eurico Gaspar Dutra se baliza na nova configuração mundial que a Guerra Fria desenhava<sup>50</sup>.

A euforia anticomunista volta a cena no Brasil com a eleição de Juscelino Kubitschek e João Goulart em 1955, eleitos com o apoio dos comunistas. Segundo Dulce Pandolfi, “a vitória de JK foi entendida pelos comunistas como resultado da unidade das forças democráticas contra as forças “golpistas” articuladas em torno da candidatura de Juarez Távora”<sup>51</sup>. De fato as forças golpistas articularam uma tentativa de impedir a posse de JK com argumentos tipicamente anticomunistas<sup>52</sup>.

Novamente a tentativa golpista dos conservadores antigetulistas e anticomunistas foi repelida, essa segunda derrota irá acirrar ainda mais os ânimos da reação quando em 1961 experimentarão uma terceira frustrada tentativa de golpe. Os anticomunistas a partir disso começam a movimentação que três anos mais tarde será enfim vitoriosa. Essa articulação anticomunista centralizada, dentre outros grupos, nas Forças Armadas que discutiremos agora.

## 2.2. Jango do Ministério do Trabalho à presidência

Subo ao poder ungido pela vontade popular, que me elegeu duas vezes vice-presidente da República, e que, agora, em impressionante manifestação de respeito pela legalidade e pela defesa das liberdades públicas uniu-se, através de todas as forças, para impedir que a sua decisão soberana fosse desrespeitada.<sup>53</sup>

---

<sup>49</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O perigo é vermelho e vem de fora: o Brasil e a URSS. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 227-246, 2007. p.237

<sup>50</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Guerra Fria: o desafio socialista à ordem americana**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004. p.71-74

<sup>51</sup> PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros: memória e história do PCB**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995. p.176

<sup>52</sup> Sobre a tentativa de golpe ver: SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.188-198

<sup>53</sup> Discurso de posse do presidente João Goulart na presidência da República. In: **Discursos Seleccionados do presidente João Goulart**. Brasília: Biblioteca do Senado Federal.



Após a repentina renúncia de Jânio Quadros instalou-se outra crise política e militar no país. Jango já possuía má fama desde os tempos em que foi Ministro do Trabalho do segundo governo Vargas. Segundo Napolitano as mudanças promovidas pelo petebista “foram suficientes para garantir-lhe lugar de honra na galeria dos inimigos da direita. Só perdia para o próprio Vargas e para os comunistas”<sup>54</sup>.

Como ministro, Jango inaugura uma nova forma de atuação política nos altos postos de comando, sua personalidade conciliadora, sempre aberto ao diálogo e acessível a todas as lideranças, desde sindicalistas até mega-empresários, fizeram dele um homem reconhecido. Segundo Gomes, Jango desmistificara a figura da autoridade pública por seu informalismo, os sindicalistas tiveram amplo acesso aos salões do poderoso Ministério do Trabalho, ali tornou-se um espaço efetivo de mediação dos conflitos entre a classe trabalhadora e o capital. Segundo a historiadora,

Esse é o tom da curta e ativa gestão de Jango na pasta do Trabalho: maior aproximação entre setores sindicais, governo e PTB, o que provoca crescentes ataques por parte de variados grupos políticos oposicionistas. Dessa forma, a postura de Jango, negociando e se antecipando às demandas dos trabalhadores, inclusive forçando os empregadores a fazer concessões, foi frequentemente vista e denunciada não como forma de esvaziar conflitos, mas de estimulá-los, pregando a “luta de classes”<sup>55</sup>.

Foi durante sua breve gestão no ministério que setores das Forças Armadas se posicionaram pela primeira vez contra Jango, após sua proposta de aumento de 100% aumento do salário mínimo. Em fevereiro de 1954 o alto escalão militar endereçou o “Memorial dos Coroneis” ao Ministro da Guerra, assinado por 82 militares de alta patente.

Segundo o documento a situação das Forças Armadas causava “perigoso desprestígio das autoridades”, gerando “intranquilidade e descontentamento que são difundidos por todo o Exército”. Condenavam a proposta de aumento do salário mínimo, porque assim o soldo de um oficial graduado das Forças Armadas se aproximaria de um salário dos civis, seria isso uma “aberrante subversão de todos os valores profissionais, estando qualquer possibilidade de recrutamento, para o Exército, de seus quadros inferiores”<sup>56</sup>.

<sup>54</sup> NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2018. p.28

<sup>55</sup> GOMES, Angela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e Reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.69

<sup>56</sup>Memorial dos Coroneis. Disponível in: <http://memorialdademocracia.com.br/card/coroneis-batem-de-frente-com-getulio//> Acesso em: 05/11/2019

Após enfrentar as crises de 1954 e a morte de seu padrinho político, foi eleito vice-presidente na aliança com o PSD de Juscelino Kubitschek, sendo em grande medida responsável pela estabilidade do quinquênio nacional desenvolvimentista. Durante essa primeira vice-presidência que Jango começa a pensar em um programa de emendas parlamentares de cunho reformista, visando a modernização do Estado e da economia, a superação da crise e a diminuição de desigualdades sociais, aquilo que mais tarde ficariam conhecidas como as Reformas de Base<sup>57</sup>.

Em 1960 o conservador Jânio Quadros foi eleito presidente, porém Jango conseguiu reeleger-se na vice-presidência<sup>58</sup>. O novo governo foi eleito pela direita, e obviamente suas políticas internas já agradavam esses segmentos. Para agradar a esquerda, foi estabelecida uma das marcas de sua gestão no âmbito externo, a chamada “política externa independente”, que posteriormente Jango dará continuidade. Reafirmava-se a soberania do Brasil em relação a política estadunidense, defendendo a autodeterminação dos povos em vistas da escalada intervencionista daquele país. Em relação a Cuba, que havia feito sua revolução popular nacionalista em 1959, transformada em revolução socialista em 1961<sup>59</sup>, a diplomacia brasileira defendeu o direito dos cubanos de se autogovernar e se colocou contrária a intervenção a ilha<sup>60</sup>.

Questões envolvendo Cuba ataçaram a oposição ao novo presidente que, de maneira pouco compreendida, resolveu condecorar Ernesto ‘Che’ Guevara com a mais alta distinção brasileira, a Ordem do Cruzeiro do Sul. Esse fato alarmou as elites conservadoras anticomunistas do país. O governador da Guanabara, ultraconservador e golpista desde os tempos de Vargas, foi a imprensa denunciar a “tentativa de golpe” do presidente, e sobre essa polêmica condecoração declarou

Por trás da condecoração dada ilegalmente a esse aventureiro internacional, a esse apátrida especialista em oprimir a Pátria alheia, que coisas se escondem, que

---

<sup>57</sup> “Reforma agrária (emenda constitucional permitindo a redistribuição, supervisionada pelo Estado, de terras sem prévia indenização em dinheiro), reforma política (votos para os analgabetos e praças) e reforma universitária (abolição dos cargos de professor vitalício)”. SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.352

<sup>58</sup> Lembrando que, conforme a Constituição de 1946, votava-se em separado para presidente e vice-presidente.

<sup>59</sup> Cf. AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora UNESP, 2004; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

<sup>60</sup> FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais**. São Paulo: Contexto: 2016. p.40-43

aventuras, que tramas da madrugada, que torvas conversas, que sinistras combinações!<sup>61</sup>

As acusações contra o líder revolucionário caem nos chavões anticomunistas típico dos reacionários da época, Carlos Lacerda ainda deixa implícito quais seriam os objetivos de Jânio com esse “ultraje” de condecorar um “aventureiro”, “apátrida”, um “agente do comunismo internacional”. Provavelmente o problema central da denúncia não era a tentativa de golpe, tendo em vista que esse era um golpista de longa estrada, mas sim um golpe liderado por um político demagogo e condecorador de comunistas.

O episódio da renúncia de Quadros ainda não é consenso na historiografia, mas ao que tudo indica este preparou uma espécie de autogolpe. Em consonância com a *política externa independente*, Quadros enviou seu vice em missão diplomática a República Popular da China em agosto de 1961, com o objetivo de buscar estabelecer ligações comerciais com o país comunista. Neste meio tempo, enviou ao Congresso Nacional sua carta de renúncia, que foi prontamente aceita pelos parlamentares, que logo empossaram o presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, na presidência da República.

Não é nosso objetivo aqui analisar a crise político-militar causada pela renúncia de Quadros, nem o episódio que ficou conhecido como Campanha da Legalidade<sup>62</sup>, quando o poderoso III Exército junto ao governo do Rio Grande do Sul e outros estados, garantiram a posse do presidente constitucional. Apenas frisamos que novamente as Forças Armadas, por meio dos ministros militares, intervêm diretamente na política brasileira sob o argumento de combate ao comunismo e “por motivos de segurança nacional”<sup>63</sup>.

O comandante do III Exército, General Machado Lopes, foi um importante mediador da crise no meio militar, tentando convencer o Ministro da Guerra que o prolongamento da crise poderia ter graves consequências.

A discussão no Congresso estava pendendo para o lado da legalidade, embora o Ministro afirmasse que “Elementos comunistas [no] Congresso estão perturbando encontro [de] uma solução legal [para a] crise decorrente da renúncia do presidente”, o Ministro ainda

---

<sup>61</sup> Denúncia apresentada pelo governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, da iminência de um golpe de gabinete pelo presidente Jânio. In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil**. Volume 7. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições técnicas, 1996. p.71

<sup>62</sup> Cf. FELIZARDO, Joaquim José. **A legalidade: último levante gaúcho**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

<sup>63</sup> Comunicado do presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, no exercício provisório da Presidência da República, sobre a manifestação dos ministros militares da inconveniência do regresso ao País do vice-presidente João Goulart (28 ago. 1961). In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. Op.Cit, p.91

deixava claro a divisão nas Forças Armadas entre legalistas e golpistas ao se referir ao Marechal Lott, que, segundo ele, “envolvido por tais agitadores, lançou [um] manifesto subversivo forçando o Ministério da Guerra a determinar sua prisão”<sup>64</sup>.

Os ministros militares, Odílio Denys (da Guerra), Sílvio Heck (da Marinha) e Gabriel Grum Moss (da Aeronáutica) lançaram no dia 30 de agosto seu Manifesto contra a investidura de Goulart na presidência, um documento de caráter marcadamente antipetebista, antissindicalista, anticomunista, e, sobretudo, antidemocrático. Iniciam afirmando que há uma “absoluta inconveniência, na atual situação, do regresso ao País do Vice-Presidente, Sr. João Goulart”. A exemplo dos coronéis de 1954, os ministros fazem referência a passagem de Jango no ministério do Trabalho, segundo o documento já aquela época “O Sr. João Goulart demonstrara, bem às claras, suas tendências ideológicas incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e frequentes nos meios sindicais”<sup>65</sup>. E prosseguem afirmando que

não menos verdadeira foi a ampla infiltração que, por essa época se processou no organismo daquele Ministério, até pontos-chave de sua administração, bem como nas organizações sindicais, de ativos e conhecidos *agentes do comunismo internacional*, além de incontáveis *elementos esquerdistas*.<sup>66</sup> (grifos meus)

Os ministros golpistas ainda o acusavam, de forma descabida, de usar o cargo de vice-presidente para obter benefícios políticos próprios e apoiar “movimentações grevistas promovidas por conhecidos agitadores”. Como bem havia calculado o ex presidente Jânio Quadros, os ministros utilizaram a viagem a China como argumento, afirmando que “ainda há pouco, como representante oficial, em viagem à URSS e China comunista, tornou clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países, exaltando o êxito das comunas populares”<sup>67</sup>.

Ao final do manifesto os ministros afirmam que

Na presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade de poder pessoal ao Chefe da Nação, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas,

---

<sup>64</sup> Troca de mensagens pelo rádio entre o General Machado Lopes, do III Exército, e o Ministro da Guerra, Odílio Denys (27 ago.1961). In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. Op.Cit, p.89

<sup>65</sup> Manifesto dos Ministros militares (30 ago. 1961). In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. Op.Cit, p.100

<sup>66</sup> Idem

<sup>67</sup> Idem

transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples *milícias comunistas*<sup>68</sup> (grifos meus)

Após a rejeição do impedimento de Jango no Congresso, a solução encontrada foi uma mudança às pressas do sistema político. Conforme expresso no trecho acima, o temor dos militares era a atuação de Goulart disposto de “ampla autoridade de poder pessoal” no regime presidencialista pleno. Sendo assim, o parlamentarismo foi votado e aprovado. Com temor do agravamento da situação e da iminência de uma guerra civil o vice-presidente aceitou tomar posse no novo modelo, tendo o centrista Tancredo Neves (PSD-MG) como primeiro-ministro.

Segundo Bandeira, ao contrário do que era propalado por seus detratores, Jango era um líder já de vasta experiência política e com plenas condições de assumir o cargo. Para o historiador ele “tinha mais condições de exercer o cargo de presidente da República do que Jânio Quadros e, quiçá, do que o próprio Kubitschek, em 1956”. O que dificultou seu governo desde o primeiro dia foi a crise política instaurada pelos militares golpistas, e a mudança de sistema, pois Goulart “recebeu do Congresso um poder mutilado, enfraquecido, quando a situação do Brasil mais exigia um governo forte, centralizado, para efetuar as mudanças que o desenvolvimento do capitalismo reclamava”<sup>69</sup>.

### 2.3. O governo João Goulart: a segunda onda anticomunista

Sabem os partidos, sabem os parlamentares, sabem todos que, inclusive por temperamento, inclino-me mais a unir do que a dividir, prefiro pacificar a acirrar os ódios, prefiro harmonizar a estimular ressentimentos<sup>70</sup>

As palavras de Jango ao assumir a presidência tinham como objetivo acalmar os ânimos dos seus adversários e mostrar que em seu governo as coisas funcionariam dentro da legalidade, sem desrespeito aos seus opositores ou a democracia liberal vigente.

Entre o período de 1961 a 1964 o anticomunismo tornou-se um dos protagonistas do debate público, sendo um dos principais motivos que levaram ao golpe civil-militar de 1º de abril de 64. Segundo o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, esse é o período do “segundo grande surto anticomunista”<sup>71</sup> da história política brasileira. Embora tenhamos percebido que

---

<sup>68</sup> Id. Ibid, p.101

<sup>69</sup> BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p.43

<sup>70</sup> Discurso de posse do presidente João Goulart na presidência da República. In: **Discursos Selecionados do presidente João Goulart**. Brasília: Biblioteca do Senado Federal

<sup>71</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op.Cit., (Cf. O segundo grande surto anticomunista: 1961-1964. p. 231-278)

a fúria anticomunista antecede o governo Goulart, é sob esta ótica de combate ao comunismo que analisamos sua gestão, principalmente por meio do anticomunismo militar.

Segundo Motta, “se os anticomunistas já estavam desconfiados em relação a Quadros, a tensão chegou a níveis perigosos após os acontecimentos de agosto, responsáveis por abrir caminho a crise que explodiria nos anos seguintes”, ou seja, a crise da renúncia e a posse de Goulart “levou os anticomunistas ao desespero, pois o vice-presidente era conhecido por cultivar ligações com a esquerda”<sup>72</sup>. O medo dos conservadores era que a chegada de Goulart e do petebismo reformista ao poder, beneficiasse os comunistas e demais organizações de esquerda.

A ascensão do governo Goulart foi um divisor de águas nas disputas políticas da época “pois se constituiu num fator de fortalecimento da esquerda e numa motivação para a arregimentação do anticomunismo”<sup>73</sup>. Façamos agora breves reflexões que nos ajudarão a compreender os motivos do fortalecimento da luta contra os comunistas nesse contexto, a ponto de ser comparado com o período de repressão ao comunismo de meados da década de 1930.

Uma das chaves para explicação do fenômeno no período é a *latino-americanização* da Guerra Fria após a Revolução Cubana de 1959. Com a chegada de Fidel Castro ao poder em Cuba, o continente se tornou um dos centros de disputa entre os modelos capitalista e comunista. O líder cubano tornou-se expressão da “ameaça comunista” em solo americano, isso obviamente causou alvoroço nas camadas direitistas em praticamente todos os países da América.

Para Motta, a influência norte-americana convergiu e se combinou com uma tradição anticomunista enraizada no Brasil há décadas, pelo menos desde a década de 1930. A oposição e o combate dos norte-americanos ao novo regime em Cuba teve reflexos em todos os países do continente, o Brasil obviamente mobilizou-se da mesma forma

Os adversários locais do comunismo também ficaram alarmados com os acontecimentos de Cuba e cerraram fileiras. Nesse sentido o empenho anticomunista dos EUA era considerado uma benção pela maioria de tais grupos, que viam os “irmãos do norte” como líderes de uma luta global<sup>74</sup>

---

<sup>72</sup> Ibid., p. 234

<sup>73</sup> Ibid., p. 234-235

<sup>74</sup> Ibid, p. 232

Michael Parenti, tem importante estudo sobre as origens, desenvolvimento, predisposições culturais e das manifestações internas e externas do anticomunismo nos Estados Unidos. O autor esclarece o quanto o medo do comunismo foi introjetado na sociedade estadunidense, segundo ele “a maioria dos americanos parece compartilhar desse temor, e logo que se desfaça uma das representações da ameaça (os russos) as manifestações de fobia se concentrarão em outra (os chineses)”<sup>75</sup>, esse medo dos comunistas foi potencializado quando o socialismo bateu às portas da América, a poucos quilômetros da Flórida.

Em 1961, após o impacto da Revolução Cubana, os EUA elaborou um programa para fomentar o desenvolvimento social e econômico dos países americanos, a chamada Aliança para o Progresso<sup>76</sup> “cuja principal motivação era o anticomunismo, o plano exigia dos países latino-americanos interessados em receber financiamentos a realização de reformas nas estruturas sociais”<sup>77</sup>. E claro, esse programa foi utilizado como instrumento político para que os norte-americanos intervissem nos países latino-americanos ditando como e onde deveriam ser aplicados os recursos financeiros.

Em novembro de 1961 já inicia uma grande crise política do novo governo, quando decide-se restabelecer as relações diplomáticas com a União Soviética<sup>78</sup>. A resposta da direita anticomunista foi forte, logo desencadeando uma onda de protestos contra o governo. Segundo Motta, “o ato enfureceu ainda mais a opinião anticomunista por ter sido anunciado às vésperas da comemoração da ‘Intentona’”, o que foi interpretado como uma provocação dos comunistas”, talvez o Ministro San Tiago Dantas e o presidente não tenham se dado conta da proximidade com o dia 27, ou consideraram que isso não seria importante, enganaram-se. “A crise conferiu a celebração de 27 de novembro um brilho que há muitos anos não se via”<sup>79</sup>.

A Ordem do Dia do Exército assinada pelo ministro da Guerra deixava subentendido o momento de instabilidade e incertezas causada pela crise do reatamento com a URSS,

Desconfiemos daqueles que, constantemente, inculcam a ideologia, pela qual nos regemos, de todos os males que nos afligem e recomendam outra inteiramente

---

<sup>75</sup> PARENTI, Michael. **A cruzada anticomunista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p.22

<sup>76</sup> Cf. SILVA, Vicente Gil da. **A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista à instrumento de intervenção política (1961-1964)**. 2008. 248 p. Dissertação (mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

<sup>77</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op.Cit, p. 232

<sup>78</sup> Restabelecimento das relações diplomáticas com a URSS (23 nov. 1961). In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. Op.Cit, p. 233

<sup>79</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op.Cit, p. 235

divorciada dos sentimentos cristãos e de liberdade que são uma característica de nosso povo<sup>80</sup>

O documento ainda deixa claro que as Forças Armadas estavam preocupadas não somente em combater “o solerte inimigo no terreno em que ele se apresentar”, mas também com a divisão na instituição gerada pela última tentativa de golpe e a Campanha da legalidade:

Confio em que o Exército verá unidas suas aspirações e abafadas as rivalidades porventura existentes, ante uma ideia que é a dos supremos interesses da Pátria contra o inimigo comum cuja ideologia renega todos os valores morais e espirituais que regem a nossa sociedade democrática<sup>81</sup>

O ano de 1962 é crucial para entendermos o desfecho do governo Jango. Em janeiro deste ano ocorreu a VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres dos Estados Americanos, em Punta del Este (Uruguai). O objetivo da reunião era discutir a expulsão de Cuba da OEA, após Fidel Castro se declarar marxista-leninista e que a revolução, portanto, tinha um caráter socialista. O governo brasileiro, representado pelo ministro San Tiago Dantas, se mostrou contrário a expulsão do país da organização, após uma série de conversações, o Brasil absteve-se de votar a medida. Segundo Charles Sidarta Machado Domingos,

a posição da Política Externa Independente do governo Goulart em relação a Cuba ao longo de 1962 foi a causa principal do afastamento entre Goulart e Kennedy e a razão da política de desestabilização patrocinada pelos Estados Unidos da América no Brasil.<sup>82</sup>

A posição do Brasil em relação a Cuba foi muito mal vista pelos grupos anticomunistas, “eles desejavam que o Brasil apoiasse a ofensiva norte-americana de erradicar o comunismo do continente, e interpretaram a posição do governo Jango como indício da influência comunista sobre o presidente”<sup>83</sup>.

No decorrer do governo Jango inúmeras organizações anticomunistas formaram-se no país, tais como *Liga Feminina Anticomunista*, *União Feminina Anticomunista*, *Centro Cívico do Brasil*, *Voluntários da pátria para a Defesa do Brasil*, *Grupo de Ação Patriótica*,

---

<sup>80</sup> VIANNA, João Segadas. Ordem do Dia do Exército (27 nov. 1961). In: CARVALHO, Ferdinando de. **Lembra-vos de 35!**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981. p. 359-360

<sup>81</sup> Idem

<sup>82</sup> DOMINGOS, Charles S.M. O início do fim: o ano de 1962 como estopim internacional do Golpe de 1964. In: DOMINGOS, Charles S. M; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza. **Capítulos de História Política: fontes, capítulos e objetos**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p.378

<sup>83</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op.Cit, p.236



entre tantas outras de caráter local ou regional<sup>84</sup>. As entidades que atuaram de forma mais acentuada no combate ao comunismo, disseminando toda sorte de propaganda anticomunista e anti-Jango no período foram o complexo IPES-IBAD. Este foi criado em 1959, atuava principalmente por meio da revista Ação Democrática, periódico mensal que tinha como principal objetivo atacar o comunismo, ou aquilo que consideravam comunismo<sup>85</sup>. O IPES foi criado em 1961, formado por empresários anticomunistas do eixo Rio-São Paulo, esta organização atuou de forma ampla, financiando livros, filmes, peças de teatro, arregimentando estudantes, mulheres, militares e trabalhadores.

Segundo Motta,

A atuação conjunta das duas entidades, IPES e IBAD, que mantinham algum nível de cooperação, estimulou a proliferação de organizações anticomunistas na conjuntura 1961-1964. Além de suporte ideológico e político, o apoio passava pela ajuda financeira aos grupos menores.<sup>86</sup>

Conforme Bandeira, essas organizações atuavam com o apoio da Central de Inteligência norte-americana (CIA), que segundo o historiador,

lhes forneceu orientação, experiência, e mesmo recursos financeiros, abundantemente, no esforço de corrupção e intrigas, para influir nas eleições, impor diretrizes ao Congresso, carcomer os alicerces do governo e derrocar o regime democrático.<sup>87</sup>

A crise política do governo Jango ganhou vulto, especialmente nos meios militares, após a volta do regime presidencialista pleno em janeiro de 1963. A instabilidade política se acentuou de tal forma que, segundo Bandeira, “o nacional reformismo se revelava impotente para atender as necessidades políticas da época”<sup>88</sup>, os movimentos estavam exigindo que as reformas fossem realizadas, especialmente a reforma agrária. Nesse momento, o lema “reforma agrária na lei ou na marra” já colocava as classes dominantes em pânico, a hostilidade aos movimentos populares e sindicais aumentava principalmente nas Forças Armadas. Segundo Bandeira,

---

<sup>84</sup> Ibid., p. 240-241

<sup>85</sup> Sobre o papel da propaganda anticomunista destas organizações ver: GONÇALVES, Martina Spohr. **Páginas golpistas: democracia e anticomunismo no projeto editorial do IPES (1961-1964)**. 2010. 225 p. Dissertação (mestrado em História). Departamento de História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

<sup>86</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op.Cit., p.243

<sup>87</sup> BANDEIRA, Moniz. Op.Cit., p.65

<sup>88</sup> Ibid., p. 104

O proletariado não tinha o direito de participar da política, pois as classes dominantes julgavam que somente elas deviam influir nas decisões do seu Estado. A democracia não podia ser tão democrática assim. Seria comunismo. A legalidade, subversão.<sup>89</sup>

O historiador ainda diz que,

O imperialismo norte-americano, aquela altura, já estava convencido de que se lhe impunha a tarefa de expelir Goulart do governo brasileiro, como contingência da contra-revolução, para conter o avanço das massas e o transbordamento da democracia formal.<sup>90</sup>

A essa altura a conspiração já estava em pleno andamento, nos mesmos moldes de 1954, 1955 e 1961. Segundo Motta, ao final do ano de 1963 “os setores conservadores e centristas, juntamente com a direita, estavam unidos e mobilizados contra a esquerda, e intensificaram a campanha para insuflar o temor anticomunista na sociedade”<sup>91</sup>.

Após mudanças ministeriais em meados de 1963 a oposição a Jango tomou ainda mais relevo, e a tese defendida pela reação de que o presidente decidira abandonar os preceitos constitucionais ganhava mais adeptos. Realmente Jango passou a defender mais fortemente mudanças na constituição, mas nada sequer próximo a uma tentativa de “autogolpe” para continuar no poder.

A literatura acadêmica sobre os últimos suspiros do governo Jango é extensa, e sobre o golpe de Estado é ainda maior, portanto, aqui analisaremos de forma breve como o anticomunismo militar foi decisivo. No início de 1964 o presidente percebeu que não havia mais espaço para o diálogo dentro do Congresso dominado pelos conservadores, decidiu então iniciar uma nova fase do governo, que deveria buscar o apoio das ruas pelas reformas.

O rumo de seu governo deveria mudar no comício da Central do Brasil em 13 de março, mas ali definiu-se seu fim. Nessa enorme manifestação popular Jango marcou firme a sua defesa pelas mudanças estruturais, condenou aqueles que verdadeiramente atacavam a democracia explorando os sentimentos cristãos do povo “na mistificação de uma indústria do anticomunismo”. Jango anunciou os dois decretos, um sobre a nacionalização de todas as refinarias particulares e outro regulamentando uma incipiente reforma agrária. Concluiu afirmando que “nenhuma força será capaz de impedir que o governo continue a assegurar

---

<sup>89</sup> Ibid., p. 120

<sup>90</sup> BANDEIRA, Moniz. Op.Cit., p. 119

<sup>91</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op.Cit, p. 258

absoluta liberdade ao povo brasileiro” e que sua luta era “pela pureza da vida democrática, pela emancipação econômica, pela justiça social e pelo progresso do Brasil”<sup>92</sup>.

A mudança de orientação do governo foi recebida com euforia pelos setores sociais, notadamente pelos “radicais” como Brizola e pelos comunistas. Para os conservadores “o simples fato de o evento ter sido organizado, em parte, pela liderança sindical comunista, já era motivo suficiente para causar temor”<sup>93</sup>. Para conter aquilo que eles entendiam como uma *cubanização* ou *bolchevização* do país foram organizadas as famosas passeatas de direita.

No meio militar a recepção foi igualmente negativa. Em 20 de março o General Castello Branco, então chefe do Estado Maior do Exército, endereçou documento sigiloso ao Ministro da Guerra e a todas as organizações subordinadas. Afirmava compreender a “intranquilidade e as indagações” de seus subordinados nos dias subsequentes ao Comício de 13 de março. A circular ainda indaga se entraram as Forças Armadas “numa revolução para entregar o Brasil a um grupo que quer dominá-lo para mandar e desmandar e mesmo para gozar o poder” ou para “talvez submeter a Nação ao comunismo de Moscou”<sup>94</sup>. Este documento é considerado como adesão oficial de Castelo aos golpistas.

Além da “ameaça vermelha”, outro ponto chave que levou à queda de Goulart foi a chamada “quebra da hierarquia” militar, um dos pilares de sustentação das Forças Armadas. Segundo depoimento do General Gustavo Moraes Rego Reis: “[em 1964] Houve um abalo! O grande erro do Jango foi deixar haver infiltração e a expansão da subversão, do comunismo, ou do que seja, dentro das Forças Armadas. Foi uma ruptura da disciplina da hierarquia”<sup>95</sup>.

Conforme a fala do entrevistado, a alta cúpula entendia haver uma infiltração dos comunistas no seio da instituição. Principalmente após os movimentos dos subalternos, como o levante dos marinheiros de março de 1964. Após a revolta dos marinheiros desacatando seus superiores, Jango muda o comando do Ministério da Marinha, logo depois o novo ministro anistia os revoltosos, causando protestos das cúpulas denunciando que o governo Jango patrocinava a indisciplina.

---

<sup>92</sup> Discurso do presidente João Goulart na Central do Brasil. In: **Discursos Seleccionados do presidente João Goulart**. Brasília: Biblioteca do Senado Federal.

<sup>93</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op.Cit, p. 263

<sup>94</sup> Circular reservada do Chefe do Estado Maior do Exército, Castello Branco (20 mar. 1964) In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. Op.Cit, p. 400-401

<sup>95</sup> Depoimento de Gustavo Moraes Rego Reis (1992). In: D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio A. D.; CASTRO, Celso. **Visões do golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014. p. 51

Mas o ápice do crescente movimento anti-Goulart veio em 30 de março, quando o presidente participou de uma reunião de sargentos no Automóvel Clube, no Rio de Janeiro. O presidente foi discursar para a baixa oficialidade, defender suas reformas e procurar apoio no momento de acirramento da crise, mas acabou antecipando o golpe que deveria ocorrer em 2 de abril. Segundo Elio Gaspari,

A revolta dos marinheiros, na semana anterior, e o discurso de Jango no Automóvel Clube, na véspera, desestabilizaram as Forças Armadas. A organização militar, baseada em princípios simples, claros e antigos, estava em processo de dissolução. Haviam sido abaladas a disciplina e a hierarquia.<sup>96</sup>

Segundo depoimento do general Reis, o ponto chave que unia os militares que deram o golpe em 1º de abril era “deter o comunismo desse pessoal, pois a característica comum era o anticomunismo”<sup>97</sup>. O tão confiável “dispositivo militar” de Jango não atuou para conter o golpe, “o sentimento anticomunista se tornara mais forte que o sentimento legalista”<sup>98</sup>.

#### **2.4. As Forças Armadas no combate ao comunismo: Os 27 de novembro no governo Goulart (1961-1963)**

Como vimos, as cerimônias de comemoração da vitória sobre a “Intentona Comunista” faziam parte do calendário oficial das Forças Armadas e serviam, desde a década de 1930, para reforçar a ideologia anticomunista no interior da Instituição. Conforme Ferreira, “a repetição a cada ano do ritual e da leitura da mensagem emitida pelas mais altas autoridades da organização reforçava a identidade da corporação para si e para os demais atores da cena política”<sup>99</sup>.

Segundo Celso Castro, o ritual repetido todos os anos desde 1936 no Rio de Janeiro “renovava os votos anticomunistas dos militares e socializava as novas gerações nesse mesmo espírito”<sup>100</sup>, mas além do protocolo tradicional de formatura de tropas militares, recepção das autoridades civis e militares; execução do hino nacional; deposição de flores e coroas homenageando os mortos; as cerimônias também se tornavam espaços de lutas políticas conjunturais, principalmente a partir dos discursos oficiais e leitura das Ordens do Dia.

---

<sup>96</sup> GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. p. 93

<sup>97</sup> Depoimento de Gustavo Moraes Rego Reis. (1992). in: Op.Cit, p. 59

<sup>98</sup> BANDEIRA, Moniz. Op.Cit, p.168

<sup>99</sup> FERREIRA, Roberto Martins. Op. Cit., p. 56

<sup>100</sup> CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 52

As comemorações da “Intentona” ganharam um novo brilho com a ascensão da esquerda ao poder. A primeira cerimônia do governo Jango, em novembro de 1961, esteve envolvida pela crise do reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética e, devido a oposição dos anticomunistas a essa medida, pela primeira vez organizaram-se cerimônias paralelas a oficial.

Os anticomunistas mais ferozes recusaram-se a participar de uma cerimônia na presença do ministro San Tiago Dantas, principal articulador do reatamento com o país socialista. Aqueles que aceitaram participar do cerimonial oficial não pouparam críticas ao ministro, empunhando suas bandeiras e cartazes antissoviéticos e anticubanos, esse ano o presidente foi poupado, mas em 1963 a situação será diferente.

Já vimos qual o tom da OD do Ministro da Guerra em 1961, vejamos agora a do Ministério da Marinha. O documento assinado pelo Ministro Ângelo Nolasco de Almeida, afirma que os comunistas procuraram “obter pela força das armas o que nossa Pátria em consciência repudiava: o estabelecimento da tirania comunista como pretensa solução para problemas que nos afligiam”<sup>101</sup>. Esse é um dos poucos que faz referência ao conteúdo (falta de) da ideologia comunista, afirmando que os comunistas eram “fanatizados por uma doutrina, produto de uma filosofia contraditória em seus fundamentos e pouco inteligível na sua forma”<sup>102</sup>.

Embora na cerimônia de novembro de 1962 a crise cubana e o alarde anticomunista e anticubano já tenha esfriado, a OD do Exército ainda traz muitas referências às conquistas do ocidente cristão alinhado aos EUA. Segundo o documento assinado pelo General Kruel, “liberdade, crença, direitos individuais e tantas outras conquistas da civilização ocidental são expressões sem significado no comunismo materialista, não abrigando a ideia de ser humano”, e prossegue afirmando que “certos de que somente o regime democrático, que a todos oferece iguais oportunidades e, sob a égide da Lei, a todos assegura liberdade e condições de progresso, é o único verdadeiramente humano e justo”<sup>103</sup>.

---

<sup>101</sup> ALMEIDA, Ângelo Nolasco de. Ordem do Dia da Marinha (27 nov. 1961). In: CARVALHO, Ferdinando de. Op.Cit, p. 361

<sup>102</sup> Idem.

<sup>103</sup> KRUEL, Amaury. Ordem do Dia do Exército (27 nov. 1962). In: CARVALHO, Ferdinando de. Op.Cit, p. 364

Como representante das Forças Armadas<sup>104</sup> nesta cerimônia, o General Aluizio Mendes relaciona os comunistas de 1935 com os diversos grupos esquerdistas do período, ao afirmar que os mesmos dispunham de “ideologia feroz”, cujos adeptos utilizam-se para a ação elementos como “a subversão, a sabotagem, a inquietação social, o assassinio, a mentira, a traição, o incitamento de greves, a negação de Deus e da própria Pátria”<sup>105</sup>. Ainda segundo sua fala, o comunismo seria uma “doutrina de bárbaros, que procura infiltrar-se no mundo inteiro por meio de um pacto de iniquidades”<sup>106</sup>, e que suas propostas de igualdade social seriam “esdrúxulas e incongruentes”.

Em outubro de 1963, um mês antes das celebrações, os ministros militares mobilizaram-se contra Carlos Lacerda, que havia dado uma entrevista a um jornal estadunidense afirmando que os oficiais militares já estavam discutindo qual a melhor forma de derrubar Jango. Chega ser risível notar que Lacerda acusava o governo de ser conivente com os comunistas, e na nota dos três ministros militares condenando as suas falas, os oficiais também utilizam-se do recurso anticomunista, lembrando do longínquo passado esquerdista do governador. Conforme os ministros “não causou nenhuma surpresa o aparecimento desse fato novo, lançado de acordo com a técnica conspiratória aprendida pelo entrevistado quando líder da Juventude Comunista”<sup>107</sup>.

A cerimônia de 27 de novembro de 1963 foi apenas uma entre as inúmeras manifestações dos grupos anticomunistas nesse período de acirramento da crise. Neste ano novamente ocorreu uma cerimônia paralela à oficial das Forças Armadas, o principal organizador dessa cerimônia foi Lacerda, o governador dirigiu-se a Praia Vermelha “local em que ocorrera a principal batalha em 1935, para comemorar a vitória sobre a Intentona”<sup>108</sup>. Em 1968 a ditadura, a exemplo de Lacerda, transferiu as cerimônias do cemitério São João Batista para a Praia Vermelha com o propósito de obter mais visibilidade para o evento e maior participação popular.

---

<sup>104</sup> Os Representantes das Forças Armadas se manifestavam representando as tropas das três Armas, diferente das Ordens dos ministros militares que falavam enquanto ocupantes de um cargo civil de comando das Armas, seja Guerra (Exército), Marinha ou Aeronáutica.

<sup>105</sup> MENDES, Aluizio de Miranda. Alocução do Representante das Forças Armadas (27 nov. 1962). In: CARVALHO, Ferdinando de. Op.Cit, p. 369

<sup>106</sup> Id. Ibid, p.368

<sup>107</sup> Nota dos Ministros Militares a propósito da entrevista de Carlos Lacerda (out. 1963). In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. Op.Cit, p.386

<sup>108</sup> CASTRO, Celso. Op. Cit, p.59

A Ordem do Dia do Exército afirmava que não se devia esquecer da “tentativa nula destas plagas de implantação de regime antidemocrático, calcado em paixões odientas, inspirado na perseguição, apoiado no materialismo amoral”<sup>109</sup>. Considerando o fortalecimento das esquerdas e da tomada de consciência da população em relação a necessidade de mudanças estruturais, socialistas ou não, o Ministro da Guerra ainda afirma que,

O povo brasileiro já tomou consciência de sua destinação histórica. Debalde os falsos arautos de ideologias totalitárias gastarão suas energias para desviá-lo da rota pacífica da evolução político-social. Debalde os aventureiros da política ou os pregoeiros de regimes de salvação procurarão convencê-lo das benesses da tutelação pré-fabricada.<sup>110</sup>

João Goulart, embora acusado há tempos de amigo dos comunistas, ou mesmo manipulado por eles, não faltou a nenhuma dessas cerimônias oficiais das Forças Armadas, mesmo que não apresentasse características anticomunistas. Entendia a necessidade de mudanças estruturais na sociedade brasileira, de forma a melhorar a vida das camadas mais necessitadas da atenção do Estado, portanto aceitava o apoio de todos aqueles que compartilhassem dessa sua visão política.

Concluimos esse capítulo com uma longa e didática passagem de Moniz Bandeira, segundo o historiador:

Que era, porém, o comunismo? Havia sovietes no Rio de Janeiro ou em São Paulo? Não. Goulart se propunha a abolir a propriedade privada dos meios de produção? Não. O comunismo era o CGT, esse esforço de organização e unificação do movimento sindical, que as classes dominantes, pretendendo comprimir os salários, queriam interceptar. Era a sindicalização rural. Era a reforma agrária. Era a lei que limitava as remessas de lucros. Era tudo que contrariava o imperialismo norte-americano, dos latifundiários e do empresariado. O comunismo era, enfim, a própria democracia que, com a presença de Goulart na presidência da República, possibilitava a emergência da política dos trabalhadores<sup>111</sup>

A democracia foi golpeada, os comunistas (e não comunistas) foram vencidos, mas a luta contra o comunismo não cessaria com a instauração da ditadura.

---

<sup>109</sup> RIBEIRO, Jair Dantas. Ordem do Dia do Exército (27 nov. 1963). In: CARVALHO, Ferdinando de. Op.Cit, p.376

<sup>110</sup> Id. Ibid.

<sup>111</sup> BANDEIRA, Moniz. Op.Cit, 178

## Capítulo 3: Lembrai-vos de 35! Os militares no poder e a continuidade do combate aos comunistas (1964-1968)

### 3.1. O anticomunismo vitorioso: o golpe de 1º de abril

As tropas que saíram de Juiz de Fora (MG) em direção ao Rio de Janeiro para depor o governo apressaram os demais golpistas que há muito já planejavam a sua derrubada, havia uma grande frente envolvendo o alto clero, empresários, latifundiários e grande imprensa contra o governo. Conforme pontua Motta, o anticomunismo “é, antes que um grupo homogêneo, uma frente reunindo diversos grupos políticos e projetos diversos. O único ponto de união é a recusa ao comunismo”<sup>112</sup>. Foi basicamente isto que percebemos em 1964.

Jango não aceitou as imposições do comandante do II Exército, general Krueel, pois ele não abandonaria seus princípios nem seus companheiros para continuar um governo fantoche dos militares<sup>113</sup>. Após a adesão do II Exército aos golpistas não havia mais o que ser feito, o tal “dispositivo militar” não teve condições de detê-los.

Conforme os doze depoimentos recolhidos pelos pesquisadores do CPDOC, é central o papel que os militares atribuem ao comunismo como principal motivação para o golpe de Estado. Segundo depoimento do general Octávio Costa,

a revolução se fundamentava no anticomunismo exacerbado, que vinha de 1935. partia-se da convicção de que estava em marcha uma tentativa de socialização e que o agente dessa socialização era o presidente Goulart.(...)  
Considerava-se que as grandes ameaças estavam nas Ligas Camponesas, nos grupos dos onze, no projeto da república sindicalista atribuído ao Goulart e, por isso, Goulart e Brizola eram os grandes inimigos a combater.<sup>114</sup>

Para o general Ênio Pinheiro o comunismo era de fato o maior temor entre a oficialidade, e aliado a isso “pensava-se que Jango fosse dar um golpe e estabelecer um outro tipo de governo”<sup>115</sup>. Deoclécio Silveira ainda refere-se a episódios como as revoltas dos

<sup>112</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., p. 15

<sup>113</sup> Para uma visão mais abrangente sobre o golpe civil-militar ver: FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004; \_\_\_\_\_. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014; e, FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

<sup>114</sup> Depoimento de Octávio Costa (1992). In: D’ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio A. D; CASTRO, Celso. Op. Cit., p. 87

<sup>115</sup> Depoimento de Enio dos Santos Pinheiro (1992). In: D’ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio A. D; CASTRO, Celso. Op. Cit., p. 180



subalternos e a reunião de Jango no Automóvel Clube, para ele “o que assustava era a presença, o envolvimento das altas autoridades naquele quadro geral de subversão”<sup>116</sup>.

Enfim, como bem pontuou Motta, “pela segunda vez na história republicana, a ordem institucional foi quebrada sob o argumento da necessidade de combater o comunismo”<sup>117</sup>.

É no mínimo ingênuo pensarmos que a luta contra os comunistas ou simpatizantes tenha cessado após a queda de Jango. O recurso do anticomunismo não foi apenas argumento central para o golpe de Estado, foi também peça chave para a permanência dos militares no poder por mais de duas décadas e “justificativa” para os desmandos do regime como as cassações, prisões, assassinatos, torturas e desaparecimentos. A sociedade e os movimentos populares precisavam ser desmobilizados para que o projeto de poder dos militares e seus apoiadores fosse adiante.

Os grupos conservadores e reacionários, mesmo com suas diferenças ideológicas e partidárias, uniram-se contra o inimigo comum representado no governo João Goulart: o comunismo.

Organizações como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) seguiram atuantes, principalmente no primeiro governo da ditadura. Ou seja, a tradição anticomunista reproduzida ao longo de, no mínimo, três décadas, tanto através de grupos “independentes” quanto por ações do Estado, não desaparecia após esses grupos vencerem a “batalha” em 1964. Ao longo de toda a década de 1960, 1970 e até 1980, o comunismo ainda será um espectro rondando o pensamento de indivíduos e grupos que o veem como seu maior inimigo.

O golpe civil-militar não foi uma derrota apenas dos comunistas, mas dos movimentos popular e operário, ceifou as lutas em diversos campos políticos e culturais. O sistema democrático liberal não suportou o “excesso de democracia” que se experimentava desde a Constituição de 1946 com maior participação da sociedade na política.

Segundo a resolução de maio de 1965 do Comitê Central do PCB, com a instauração de uma “ditadura reacionária e entreguista” e o rompimento da legalidade, “as forças patrióticas e democráticas e, em particular, o movimento operário e sua vanguarda - nosso Partido - sofreram sério revés. Modificou-se profundamente a situação política nacional”<sup>118</sup>.

---

<sup>116</sup> Depoimento de Deoclécio Lima de Siqueira(1993). In: D’ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio A. D; CASTRO, Celso. Op. Cit., p. 209

<sup>117</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., p. 278

<sup>118</sup> CARONE, Edgard. **O PCB: 1964-1982 (Vol 3)**. São Paulo: Difel, 1982. p. 15

Os setores progressistas, e, principalmente, os comunistas não foram pegos totalmente de surpresa, pois o golpe já se avizinhava desde 1954, e episódios como os de 1955 e 1961 só confirmavam as suspeitas de que aquele modelo de regime não duraria muito tempo. A questão era qual seria a solução para o impasse. O golpe e a caçada às bruxas feitas pelo regime imposto deram a triste resposta.

### 3.2. A consolidação do novo regime (1964-66)

A posição hierárquica do comandante do Estado Maior do Exército<sup>119</sup>, marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1900-1967) e o seu destacado empenho durante o processo de golpe, após sua circular de 20 de março, fez com que ele fosse o “escolhido” para chefiar o novo governo. Todavia não houve consenso, pois muitos preferiam alguém mais radical, como o general Arthur da Costa e Silva (1899-1969), que não tendo conseguido maior destaque apossou-se do Ministério da Guerra e autoproclamou-se “Comandante Supremo da Revolução”.

Segundo Maud Chirio, o primeiro ditador tinha “reputação de oficial intelectual e legalista”, quando enfim foi designado para o posto de presidente da república, “cioso da preservação dos cacos do sistema democrático, Castelo Branco faz questão que o Congresso Nacional o eleja oficialmente”<sup>120</sup>. Sua eleição indireta ocorreu em 11 de abril, após a edição do Ato Institucional 1 que já havia depurado o parlamento brasileiro.

O primeiro dos instrumentos jurídicos utilizados pela ditadura para legitimar suas posteriores cassações, prisões arbitrárias, censura e toda a sorte de irregularidades, expressava o caráter anticomunista do golpe ao afirmar que “os processos constitucionais não funcionam para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a *bolchevizar* o país”<sup>121</sup>. Segundo Chirio, a chamada operação limpeza feita nas ruas, partidos, sindicatos, grêmios e demais organizações ligadas ao governo deposto, afeta, é claro, políticos e intelectuais importantes, entretanto ela tem “como objetivo principal a esfera militar: mais ou menos 1.014 oficiais e graduados são atingidos”<sup>122</sup>.

---

<sup>119</sup> Estado Maior do Exército está hierarquicamente abaixo apenas do Ministério da Guerra, com a licença médica de Jair Dantas Ribeiro o ministério ficou acéfalo, e a corporação passou a responder a Castelo Branco como principal comandante.

<sup>120</sup> CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 48

<sup>121</sup> Ato Institucional (9 abr. 1964). In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil**. Volume 7. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições técnicas, 1996. p.485

<sup>122</sup> CHIRIO, Maud. Op.Cit., p.43

Além de “reorganizar” o país, os militares precisavam também pôr ordem na caserna, “o ativismo político dos praças e graduados, muito ligados ao campo nacionalista e ao pré-64, parece ter se extinguido com o golpe”<sup>123</sup>.

O governo de Castelo Branco era visto como demasiado apegado a “legalidade” e pouco energético na tentativa de erradicar as tensões políticas. Isso percebe-se quando em setembro de 1964 foi fundada a Liga Democrática Radical (LÍDER), uma organização da direita radical que encarnava toda a oposição civil e, sobretudo, militar ao governo. Evidenciando como a “obsessão anticomunista continua a caracterizar, após o golpe, os discursos do poder e sua cada vez maior oposição militar”<sup>124</sup>. Nesse contexto surge a chamada “primeira linha dura”, que não era um partido ou facção militar, mas sim todos aqueles opositores aos castelistas, que reivindicavam a radicalização da “revolução”.

Com a crise política e militar em torno dos castelistas e com o aumento dos atos de insubordinação de oficiais em protesto contra o governo, é baixado em outubro de 1965 o 2º ato institucional. Esse ato adia as eleições presidenciais para o ano seguinte, além de reforçar os poderes do Executivo em detrimento dos demais. Segundo Napolitano, “se o golpe foi o batismo de fogo da ditadura, o AI-2 é sua certidão de nascimento definitiva”<sup>125</sup>. O segundo ato é considerado também uma vitória da “linha dura”, principalmente por ter extinguido todos os partidos políticos existentes, criando a Arena e MDB, além de ampliar a lista de cassações.

As ações do governo Castelo Branco foram em vista da institucionalização do poder militar, que não foi apenas um mandato tampão como muitos o percebiam. Este golpe foi de novo tipo, diferente das anteriores “operações cirúrgicas”, agora os militares não devolveriam tão cedo o poder aos civis. Conforme Napolitano, “apesar de passar a história como um presidente “liberal”, foi o que mais cassou direitos políticos e os mandatos parlamentares, além de estruturar as bases jurídicas do regime autoritário”<sup>126</sup>.

Tanto o golpe de Estado quanto a ditadura militar imposta a seguir baseavam-se na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), formulada na Escola Superior de Guerra (ESG). Segundo Nilson Borges, a DSN é a “manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma

---

<sup>123</sup> Ibid, p.13

<sup>124</sup> CHIRIO, Maud. Op.Cit., p.87

<sup>125</sup> NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2018. p.79

<sup>126</sup> Ibid, p.81

concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e países ocidentais”<sup>127</sup>. Ou seja, um dos fundamentos básicos da DSN é propriamente o anticomunismo.

Segundo Joseph Comblin, a Segurança Nacional é “a capacidade que o Estado dá à nação para impor seus objetivos a todas as forças oponentes. (...) Trata-se portanto da força do Estado, capaz de derrotar todas as forças adversas e fazer triunfar os objetivos nacionais”<sup>128</sup>. Segundo o autor os objetivos nacionais na teoria da doutrina seriam: integridade nacional, integridade territorial, democracia, progresso, paz social e soberania<sup>129</sup>.

Maria Helena Moreira Alves pontua que, na América latina, a DSN assumiu contornos específicos que a diferenciavam em alguns pontos da doutrina clássica estadunidense ou francesa. No Brasil ela “enfaticava a “segurança interna”, face a ameaça de “ação indireta” do comunismo”<sup>130</sup>. Nesse sentido que dois conceitos principais da doutrina são desenvolvidos, o de *guerra revolucionária* e *fronteiras ideológicas*. Segundo a autora,

a guerra revolucionária é automaticamente vinculada à infiltração comunista e a iniciativas indiretas por parte do comunismo internacional controlado pela União Soviética. É aqui que se torna essencial para a teoria o conceito de “fronteiras ideológicas”, oposto ao de “fronteiras territoriais”. Na guerra revolucionária substitui a guerra convencional entre Estados no interior das fronteiras geográficas de um país. Este ponto é fundamental para a teoria do “inimigo interno” e da agressão indireta.<sup>131</sup>

Alves ainda complementa afirmando que

Como a guerra revolucionária não é declarada e é promovida secretamente por forças do comunismo internacional, ela recruta seus combatentes entre a população do “país alvo”. Por definição, portanto, torna-se suspeita toda a população, constituída de “inimigos internos” potenciais que devem ser cuidadosamente controlados, perseguidos e eliminados.<sup>132</sup>

Borges também afirma que, segundo os aspectos ideológicos dos militares brasileiros, a DSN “serviu para abolir dois dos princípios fundamentais do regime democrático liberal: a subordinação dos militares ao poder civil e a não-intervenção no

---

<sup>127</sup> BORGES, Nilson. A doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. (O Brasil republicano, vol.4) p. 24

<sup>128</sup> COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 54

<sup>129</sup> Ibid, p. 51-52

<sup>130</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, SP: EDUSC, 2005. p.39

<sup>131</sup> Ibid. p. 45

<sup>132</sup> Ibid

processo político”<sup>133</sup>. Foi baseado nesse amplo e complexo aporte ideológico, difundidos pela Escola Superior de Guerra e pelas Escolas de Comando do Estado Maior, que os militares apossaram-se do poder e transformaram o anticomunismo em política de Estado.

### 3.3. Os comunistas pós 64 e o combate à ditadura

Como referido acima, não foi o golpe de Estado em si que pegou os comunistas e o movimento popular de surpresa, mas sim a facilidade com que os golpistas depuseram o governo, que não ofereceu resistência. O momento pós golpe deveria ser de reflexão para compreender o que de fato ocorreu.

A obsessão anticomunista foi, em larga medida, utilizada politicamente de forma oportunista pelos opositores de Jango, já que a atuação do PCB naquele momento não era de viés revolucionário como na década de 1930.

Na década de 1960 o velho partido comunista se orientava pela famosa Declaração de Março de 1958, que reconheceu o desenvolvimento capitalista já em andamento no Brasil, “o que até então o PCB se obstinava em negar. Só que o desenvolvimento capitalista ainda não se completara, nem amadurecera para a revolução socialista”<sup>134</sup>.

Segundo Pandolfi, esta resolução de 1958 é “considerado como documento de refundação do partido”, e a partir dele,

o partido teria recuperado a autonomia em relação ao movimento comunista internacional, presente em seus primeiros anos de vida. Em 1958, o PCB teria finalmente formulado “uma linha política com base nas transformações ocorridas no Brasil e não na cópia de modelos”<sup>135</sup>.

Segatto e Santos consideram que a partir da década de 1950 há uma maior valorização da política na atuação do PCB, principalmente após o suicídio de Vargas e a tentativa de golpe em 1955, “os comunistas flexibilizam sua postura diante da nova conjuntura que então se abriu no país”<sup>136</sup>. Essa posição do partido e sua visão gradualista da

---

<sup>133</sup> BORGES, Nilson. Op.Cit, p.33

<sup>134</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014. p.34

<sup>135</sup> PANDOLFI, Dulce. Op. Cit., p.184

<sup>136</sup> SEGATTO, José Antonio; SANTOS, Raimundo. A valorização da política na trajetória pecebista: dos anos 1950 a 1991. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. **História do Marxismo no Brasil**. Campinas: Editora UNICAMP, 2007. (Volume VI). p.17

revolução brasileira será a chave de explicação para a posterior fragmentação do campo comunista no Brasil<sup>137</sup>.

A década de 1960 representa um dos momentos mais importantes da história do PCB, que mesmo na ilegalidade, ganhava cada vez mais adeptos e visibilidade. Nesse ano deu-se o V Congresso, que ratificou os termos da declaração de 1958, onde o partido considerava a necessidade de desenvolver o capitalismo brasileiro, eliminando o latifúndio e os resquícios “feudais” para depois organizar a luta pelo socialismo. Reforma e revolução deveriam, portanto, andar juntos.

Segundo Pandolfi, a posse de Goulart em 1961 “foi saudada pelos comunistas como uma vitória das forças nacionalistas e democráticas. Tudo parecia confirmar o acerto da nova linha política do PCB”<sup>138</sup>. Assim como apoiara JK, agora o PCB apoiaria Jango na sua empreitada pelo desenvolvimento nacional do país.

O golpe que depôs Jango justificou-se pela infiltração comunista, tanto no governo quanto nas Forças Armadas, portanto, a maior repressão no imediato pós golpe foi contra os ditos comunistas infiltrados no governo deposto e na caserna militar. Nos primeiros dias de abril de 1964 a casa do secretário-geral do PCB, Luiz Carlos Prestes, foi invadida pela polícia e lá encontraram vasto material sobre as atividades e reuniões partidárias, as famosas cadernetas de Prestes. Esse material serviu de prova para a instauração de Inquérito Policial Militar (IPM 709) contra o partido.

Mais de um ano após o golpe, em maio de 1965, o Comitê Central do PCB reuniu-se para analisar a situação política do país. Segundo o documento “assenhorearam-se do poder os representantes das forças mais retrógradas e antinacionais: agentes do imperialismo norte-americano, latifundiários e grandes capitalistas ligados aos monopólios ianques”, configurava-se, portanto, uma “ditadura militar, reacionária e entreguista” e os novos governantes nada mais eram que “generais a serviço da Embaixada dos Estados Unidos”<sup>139</sup>.

---

<sup>137</sup> “O processo de luta interna teve como desfecho a divisão dos comunistas em duas agremiações distintas. O grupo liderado por Prestes realizou em 1961 uma Conferência Nacional e aprovou um novo estatuto. Sem fazer referência a “ditadura do proletariado”, alterou-se o nome original de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro, mantendo-se a sigla PCB. (...) O outro grupo em fevereiro de 1962, sob a liderança de João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois, realizou uma Conferência Extraordinária, elegeu um novo comitê central e manteve o nome original de Partido Comunista do Brasil, adotando a sigla PCdoB”. PANDOLFI, Dulce. Op.Cit, p.179

<sup>138</sup> PANDOLFI, Dulce. Op.Cit, p.189

<sup>139</sup> Resolução Política do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (mai. 1965). In: CARONE, Edgard. Op.Cit., p.17

A resolução ainda pontua que o objetivo tático principal do partido “é isolar e derrotar a ditadura e conquistar um governo amplamente representativo das forças antiditatoriais”, a derrota da ditadura deveria assegurar as liberdades do povo e garantir a “retomada do processo democrático interrompido pelo golpe reacionário e entreguista”<sup>140</sup>.

Em um tom mais autocrítico os comunistas afirmavam que “a vitória do golpe militar pôs em descoberto muitas de nossas debilidades”. Os militantes teriam sido pegos de surpresa pelo desfecho dos acontecimentos e estariam “despreparados não apenas para enfrentá-los, como também para prosseguir com segurança e eficiência em nossa atividade nas novas condições criadas no país”<sup>141</sup>. Embora sustentem sua parcela de culpa na situação que levou ao golpe, os comunistas ainda afirmavam, ao fim do documento, que o partido deveria estar convicto de que “cabe aos comunistas um papel de vanguarda na luta para derrotar a ditadura, o que exige espírito revolucionário, desprendimento e capacidade de sacrifício”<sup>142</sup>.

Em 1966, em meio ao acirramento do conflito entre os comunistas e a truculência ditatorial, o partido começa a discutir a necessidade de reavaliar suas estratégias por meio de um congresso. No final do ano seguinte realiza-se o VI Congresso do PCB, que ocorre “de forma bastante tumultuada e sem a participação dos dissidentes”<sup>143</sup>. Segundo Reis Filho “manteria o comando do Partido sangrado e quase destruído pelos desligamentos e divisões ocorridos depois do golpe militar”<sup>144</sup>.

Grosso modo, as resoluções do VI congresso mantiveram as mesmas estratégias do V, ocorrido em 1960, adicionadas táticas de luta contra a ditadura. “A novidade era que o golpe de 64 havia interrompido o curso da revolução nacional-democrática” que estava em curso e que seria a antecessora da revolução socialista. Sendo assim, “a tática principal dos comunistas deveria ser formar uma ampla frente política para conquistar as liberdades democráticas e retomar o desenvolvimento do país”<sup>145</sup>.

---

<sup>140</sup> Resolução Política do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (mai. 1965). In: CARONE, Edgard. Op.Cit., p. 20

<sup>141</sup> Ibid., p. 24

<sup>142</sup> Ibid., p. 27

<sup>143</sup> PANDOLFI, Dulce. Op.Cit, p.199

<sup>144</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. **A Revolução faltou ao encontro: Os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 66

<sup>145</sup> PANDOLFI, Dulce. Op.Cit, p. 200

### 3.4. Anticomunismo militar renovado: Os 27 de novembro sob a ditadura

Os militares, agora exercendo diretamente o poder, sob a influência da Doutrina de Segurança Nacional e de seu anticomunismo visceral, trarão novos elementos discursivos as lembranças da “Intentona comunista de 35”. O novo “brilho” dado as cerimônias desde a chegada de Jango ao poder em 1961, será ressignificado e aumentado com a imposição do novo regime.

Um dos principais argumentos presentes em praticamente todas as Ordens do Dia pós golpe passou a ser a idéia de que os comunistas - antes de março de 1964 - estavam preparando uma nova “intentona” ou um novo golpe, portanto “a associação entre 1935 e 1964 tornou-se obrigatória”<sup>146</sup>.

Ao fazer a ligação entre os levantes da década de 1930 e 1964, justificava-se não só a continuidade e a importância das cerimônias anticomunistas, como também procurava-se explicar as causas que levaram os militares a apossarem-se do poder. Já em 1964 os ministros militares afirmam que assim como nas duas grandes crises anteriores ou “face a atuação nefasta de seus adeptos, o povo brasileiro encontrará, sempre, suas Forças Armadas unidas e vigilantes”<sup>147</sup>.

Nos anos seguintes a utilização dessa nova tática discursiva continua servindo para explicar o golpe de Estado. Em 1965 o ministro da Guerra, Costa e Silva, afirma que “o povo confia nas Forças Armadas”, pois elas “estavam presentes em 1964 e em 1935; presentes continuarão elas, sempre”<sup>148</sup>.

O ministro Adhemar de Queiroz afirmava que “naquela época, os comunistas tentaram apoderar-se do governo por intermédio de um golpe armado, traiçoeiro e cruento”, já em 1963 e 1964, eles teriam mudado seu modo de atuação, a nova tática consistiu na “progressiva e constante infiltração em postos-chave e com a complacência dos homens do governo de então”<sup>149</sup>. Ainda na temática das relações entre 1935 e o pré golpe, Acyr Rocha diz sentir-se aliviado, já que diferente do episódio dos levantes, “em 1964 fomos mais felizes, porquanto derrotamos os inimigos da Pátria sem perda de preciosas vidas”<sup>150</sup>.

---

<sup>146</sup> CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 59

<sup>147</sup> BAPTISTA, Ernesto de M; COSTA E SILVA, Arthur da; WANDERLEY, Nelson F. L. Ordem do Dia Conjunta dos Ministros da Marinha, da Guerra e da Aeronáutica (27 nov. 1964). In: CARVALHO, Ferdinando de. **Lembraí-vos de 35!**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981. p. 380

<sup>148</sup> COSTA E SILVA, Arthur da. Ordem do Dia do Exército (27 nov. 1965) In: *Ibid*, p. 394

<sup>149</sup> QUEIROZ, Adhemar de. Ordem do Dia do Exército (27 nov. 1966) In: *Ibid*, p. 399

<sup>150</sup> ROCHA, Acyr Dias de Carvalho. Alocução do representante das Forças Armadas (27 nov. 1966) In: *Ibid*, p. 403



Ao se referir aos “dias incertos que atravessamos de 7 de setembro de 1961 a 31 de março de 1964”, o vice-almirante denuncia os que se consideram “democratas sinceros”, mas procuraram “apoio daqueles que, já duas vezes, nos levaram a beira do abismo”<sup>151</sup>. Leia-se, em novembro de 1935 e março de 1964.

Durante a presidência do ditador Costa e Silva, e a chegada de um grupo mais radical aos postos chave do governo, seu ministro do Exército afirmou que a nação não poderia ser novamente surpreendida, uma vez que o inimigo seguia atuando, “pois as técnicas do adversário se aperfeiçoaram e ele procura disfarçar, sem abandoná-los, os mesmos reais e sinistros propósitos a que obedeceu a insurreição comunista de novembro de 1935”<sup>152</sup>.

Voltemos agora à análise mais geral das cerimônias durante a ditadura. Na primeira cerimônia após o golpe, em novembro de 1964, a Ordem do Dia foi conjunta das três Armas, o documento assinado pelos ministros militares foi uma demonstração de força e união das Forças Armadas contra o inimigo em comum. Nela os ministros iniciam afirmando que o mundo vivia há pelo menos 50 anos “no ambiente conturbado da guerra revolucionária comunista, iniciada com a vitória bolchevista na Rússia”. No Brasil a primeira demonstração dessa guerra teria sido justamente nos levantes de 1935, “quando os comunistas tentaram apoderar-se do governo, por meio de uma traiçoeira luta armada”<sup>153</sup>.

Neste documento oficial das Forças Armadas, afirma-se que novamente os comunistas foram vencidos pelas “forças vivas da Pátria”, pois “o comunismo, seja qual for a forma que se apresente, é contrário aos legítimos interesses nacionais”. A ordem ainda é finalizada em tom ameaçador a diversos segmentos da população, segundo os ministros a tarefa de vigilância e combate aos comunistas e a esquerda não deveria ser tarefa apenas das Forças Armadas, “mas também de dirigentes, trabalhadores, estudantes e donas de casa, de magistrados e legisladores. Pois a ninguém é dado usufruir a liberdade e a democracia gratuitamente”<sup>154</sup>.

A suntuosa primeira cerimônia da ditadura ainda contou com uma longa explanação do General Pery Beviláqua como representante das Forças Armadas. O general ao se referir ao “fanatismo criminoso do bolchevismo”, afirma que o comunismo “reprime a liberdade de

---

<sup>151</sup> Ibid, p. 404

<sup>152</sup> TAVARES, Aurélio Lyra. Ordem do Dia do Exército (27 nov. 1967). In: Ibid, p.414

<sup>153</sup> BAPTISTA, Ernesto de M; COSTA E SILVA, Arthur da; WANDERLEY, Nelson F. L. Ordem do Dia Conjunta dos Ministros da Marinha, da Guerra e da Aeronáutica (27 nov. 1964). In: Ibid, p.379

<sup>154</sup> Ibid., p.379-380

imprensa, de educação dos filhos, de locomoção, de debate”, em suma “arranca do homem todas as liberdades, lava cérebros”<sup>155</sup>.

A fala do veterano das Forças Armadas traz um elemento importante e pouco abordado pelos demais. Segundo ele “infelizmente, no Brasil, os homens públicos não se tem preocupado senão de maneira insuficiente com a questão social”. Não sabemos exatamente o que o general entendia por “questão social”, entretanto, conforme sua fala, os problemas sociais e a não observância das leis - como a de participação do trabalhador nos lucros das empresas - dificultavam a economia do país, e a solução desses problemas fariam “cessar a luta de classes e, portanto as greves, que acarretam sempre baixas de produção e prejuízos consequentes nos lucros”, além é claro dos distúrbios sociais.

Atrelado a esses problemas o general prossegue condenando as ações “demagógicas” do governo deposto em 1º abril, ao afirmar que

o comuno-sindicalismo que ameaçava até 31 de março as instituições democráticas, tinha por preocupação dominante o poder político; não se preocupava com a questão social, a inflação e a corrupção. A greve era seu instrumento de ação política<sup>156</sup>.

A alocação do representante das três Armas ainda evidencia como a paranóia anticomunista e antissindicalista permanece forte depois do golpe, ao referir-se a criação da Frente Sindical Mundial (FSM), sediada em Praga. Segundo o general a FSM “constitui o instrumento de ação subversiva do comunismo internacional”, que buscava conquistar o sindicalismo do continente para a “formação de uma nova Internacional latino-americana, baseada em Centrais Únicas de trabalhadores ou Confederações Gerais de trabalhadores”<sup>157</sup>. Sendo assim, as Forças Armadas previam que “o futuro da Nação depende da derrota definitiva dos pelego-comunistas sindicais do Brasil”.

Depois de seus arroubos contra o sindicalismo e o CGT, a alocação volta-se para o momento anterior ao golpe. Uma crise que teria *quase* levado a democracia a sucumbir devido a incapacidade de Jango, que “havia perdido autoridade sobre as forças da subversão, não as dirigia e, sim, por elas era dirigido”<sup>158</sup>. Prossegue afirmando que, “O regime constitucional brasileiro vinha sofrendo um processo de deterioração que se acelerou enormemente a partir da fatídica sexta-feira, 13 de março”. Esse episódio foi o ápice pois significou “uma

---

<sup>155</sup> BEVILÁQUA, Pery Constant. Alocação do representante das Forças Armadas (27 nov. 1964) In: Ibid, p. 383

<sup>156</sup> Ibid., p. 385

<sup>157</sup> Ibid., p. 386

<sup>158</sup> Ibid., p.388

declaração de guerra aos poderes”, além de ter sido uma “luva atirada à face das Forças Armadas, obrigadas a garantir as instituições constitucionais, a ordem e a lei”<sup>159</sup>.

Finalmente o general conclui afirmando que a intervenção militar no processo político e o golpe contra a democracia foi com o objetivo de “restabelecer a legalidade; restaurar a hierarquia e disciplina militares e conter o processo fatal de bolchevização do país”

<sup>160</sup>. Em suma,

A revolução salvadora de março, impedindo que o Brasil caísse nas garras do comunismo, através da ditadura comuno-sindical que nos esperava com a denominada República Popular Sindicalista, ponto de direção afastado que guiava os insurretos, prestou grande serviço a cauda da democracia, a civilização ocidental e a liberdade de todos os povos<sup>161</sup>

A cerimônia de aniversário de trinta anos dos levantes, em 1965, não teve toda a carga simbólica daquela do ano anterior, porém as falas tanto do Exército quanto do representante das Forças Armadas trazem elementos importantes para a análise. A OD do general Costa e Silva se remete a uma reivindicação que percebemos no período anterior ao golpe, que era a falta de “atenção” que os governantes civis davam a cerimônia, ao escrever que “as Forças Armadas, ano após ano, tem rememorado os acontecimentos, mesmo naquelas oportunidades em que lhes faltou apoio do próprio governo”<sup>162</sup>.

O ministro da Guerra e futuro ditador ainda afirma que da mesma forma que os inimigos comunistas não descansaram desde os levantes, as Forças Armadas também não descansaram no “combate a suas idéias”. Outro elemento importante da mensagem oficial do Exército brasileiro neste ano, e que podemos relacionar com as posteriores conexões repressivas entre os países do cone-sul e apoio político e logístico do Brasil a outros golpes. Conforme a OD, o Brasil evitaria “novas agressões internas e ajudaremos, quando necessário, outros países a se defenderem”<sup>163</sup>.

No cinquentenário dos levantes o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Aliomar Baleeiro, foi convidado para fazer uma alocução como representante do ditador Castelo Branco. A fala do magistrado retoma argumentos há muito não utilizados acerca da Revolução Russa e da União Soviética. A alocução do ministro, repleta de chavões

---

<sup>159</sup> Ibid., p.389

<sup>160</sup> Ibid., p. 390

<sup>161</sup> Ibid., p.391

<sup>162</sup> COSTA E SILVA, Arthur. Ordem do Dia do Exército (27 nov. 1965). In: Op.Cit, p.393

<sup>163</sup> Ibid, p.394

antissoviéticos da década de 1920, lembrou muito os jornais do contexto da I Guerra Mundial, quando ele afirma que a Rússia pré 1917 “desejava apenas viver em paz no clima de liberdade democrática”. Entretanto, para seu azar, “o inimigo alemão logrou introduzir a seu serviço no país, clandestinamente, Lenine, que com alguns companheiros decididos, como Trotsky e Stalin” e promoveu a revolução, que nada mais foi do que uma “façanha de cuja dramaticidade não teve exato conhecimento a maioria do povo russo”<sup>164</sup>.

Ao se referir a União Soviética o ministro também toma emprestado a já consolidada visão antissoviética e anticomunista difundida por todo o ocidente ao dizer que “não há, no mundo moderno, Estado mais opressivo do que o Soviético, nem classe mais privilegiada, em comparação com as demais, do que a burocracia de técnicos e funcionários que governam a Rússia”<sup>165</sup>.

As mudanças que passam a ocorrer no próprio seio militar e no governo com o AI-2 (outubro de 1965), visam sanear a oposição aos castelistas. A partir da cerimônia de 1966 passa-se a denunciar cada vez mais as oposições, principalmente, é claro, a dos comunistas. Pode-se dizer que “inaugura-se” um novo elemento discursivo que será bastante presente nas lembranças posteriores, falas de integrantes do governo ditatorial e na própria mídia: a “guerra psicológica”.

Ao denunciar a infiltração comunista no país, que vinha acontecendo desde o governo deposto, o Ministro da Guerra afirmava que a modalidade empreendida naquele momento pelos comunistas “visa a desmoralização da obra restauradora de 31 de março e a criação de um clima de hostilidade entre Governo e Opinião pública - é a Guerra Psicológica”<sup>166</sup>.

Em 1967, Lyra Tavares diz que além de os comunistas atuarem politicamente por meio de falsas promessas e com a ação “persistente e multiforme para explorar e agravar os problemas do povo, entretendo o desenvolvimento da Nação”, agora eles também estavam atuando por meio de uma “guerra psicológica, em que se verifica o trabalho tenaz de minar e dividir o espírito de coesão e eficiência das Forças Armadas”<sup>167</sup>.

---

<sup>164</sup> BALEEIRO, Aliomar. Alocução do representante da presidência da República (27 nov. 1965). In: Op. Cit, p. 396

<sup>165</sup> Idem

<sup>166</sup> QUEIROZ, Adhemar de. Op.Cit (27 nov. 1966). p. 399

<sup>167</sup> TAVARES, Aurélio de Lyra. Op.Cit., p. 414

Segundo o general Orlando Geisel, fora “substituída a estratégia da violência pela guerra psicológica, pretendendo-se agora tomar o poder sem dar um tiro”<sup>168</sup>. O senador Ney Braga reafirma a cantilena de que as “ameaças do comunismo internacional mudam de tática e até de nomenclatura, mas nem por isso são menos insidiosas e temíveis”<sup>169</sup>. Segundo sua fala os perigos continuavam disseminados ou infiltrados, portanto, caberia à sociedade como um todo “impedir que o comunismo se arme novamente no país”, referindo-se “não apenas a fuzis ou bombas terroristas, mas se arme de argumentos para sua pregação desagregadora e fratricida”<sup>170</sup>.

Conforme sublinhamos brevemente acima e discorremos com mais vagar a seguir, no ano de 1968 houve uma intensificação da luta anticomunista tanto dentro das Forças Armadas, quanto na mídia e em outros ambientes onde transitavam as elites políticas.

Para a cerimônia de 27 de novembro de 1968 o ministro Lyra Tavares em colaboração com o governo estadual do Rio de Janeiro e com o Ministro da Justiça, obteve a transferência do ritual que acontecia no cemitério São João Baptista para a Praia Vermelha. Segundo o ministro, o compromisso de inaugurar “solenemente o mausoléu destinado a perpetuar, em praça pública, a homenagem do povo àqueles que souberam lutar e morrer pela sua liberdade”<sup>171</sup>. A construção do grandioso mausoléu de mármore com a estátua de um oficial, em posição de atingido, é simbólica nesse período de retomada anticomunista.

Conforme a Ordem do Dia deste ano, o objetivo da transferência para a Praia Vermelha era para que houvesse uma maior participação popular nas solenidades oficiais. Segundo Castro, o monumento ganhou visibilidade a ponto de ser alvo da resistência à ditadura, com pichações feitas pelo movimento estudantil em uma praça próxima ao monumento<sup>172</sup>.

Considerando os momentos conturbados de 68, o documento do Exército afirma que os soldados mortos em 1935 não haviam morrido em vão e que naquele momento tinham a “convicção mais forte a consciência mais esclarecida, sobre o sentido real e o verdadeiro valor

---

<sup>168</sup> GEISEL, Orlando. Alocução do Representante das Forças Armadas (27 nov. 1967). In: Op.Cit., p. 417

<sup>169</sup> BRAGA, Ney Amyntas Barros. Alocução do Representante da presidência da república (27 nov. 1967) In: Op.Cit., p. 423

<sup>170</sup> Ibid., p. 425

<sup>171</sup> TAVARES, Aurélio de Lyra. Ordem do dia do Exército (27 nov. 1968). In: Op.Cit, p. 428

<sup>172</sup> CASTRO, Celso. Op.Cit, p. 61

da missão que eles souberam cumprir, para a defesa dos nossos destinos como comunidade social”<sup>173</sup>.

O representante das Forças Armadas menciona brevemente o difícil contexto do período a “um mundo tumultuado pelas paixões, pelos ódios e pelo crime”<sup>174</sup>. Questiona ainda o por que das esquerdas não entenderem a tradição democrática e cristã brasileira, e refere-se também aos ataques a bombas que aconteciam naquele período, dando a entender que eram responsabilidade inteiramente da esquerda. Pergunta “que falta para compreenderem que as bombas assassinas, que ferem indiscriminadamente, ferem a alma do nosso povo, mas não o subjagam”, e que as “mensagens anônimas, trazendo com elas o estigma da covardia, envergonham a nossa gente mas não a intimidam”<sup>175</sup>.

Analisando de forma mais geral as cerimônias, Ordens do Dia e Alocuções sobre os levantes comunistas de 1935 no período de 1964 a 1968, confirma a hipótese levantada por Roberto Martins Ferreira. Segundo o autor, “a intervenção militar deve ser justificada, só que não dá pra falar que o comunismo usou de violência na fase “crítica” que antecede a 1964”<sup>176</sup>, por isso a ênfase em subterfúgios como a “infiltração comunista” e “guerra psicológica”.

Novamente é válido frisar a importância que essas cerimônias terão para a ditadura, já que constituem,

a principal senão a única oportunidade institucional formalizada para a organização, que agora ocupa o poder de Estado, exprimir a sua opinião sobre um tema (o anticomunismo) que ocupou durante o período autoritário estatuto de ideologia de Estado.<sup>177</sup>

Já em outro contexto, no período pós AI-5, quando se inclui a repressão ao movimento guerrilheiro ocorrido principalmente a partir de 1969, “a tarefa fica bem mais fácil, uma vez que o elo da violência com 35 pode tranquilamente ser estabelecido”. Ainda segundo o autor, a inclusão de eventos recentes, como as guerrilhas, “até mesmo pela sua autodesignação como comunista nos discursos, lançou maior veracidade aos fatos anteriores e cria a impressão de que o comunismo está ao eterno retorno no Brasil”<sup>178</sup>.

---

<sup>173</sup> TAVARES, Aurélio de Lyra. Ordem do dia do Exército (27 nov. 1968). In: Op.Cit, p. 427

<sup>174</sup> SIQUEIRA, Deoclécio Lima de. Alocução do representante das Forças Armadas (27 de nov. 1968). In: Op. Cit., p. 433

<sup>175</sup> Ibid., p.432

<sup>176</sup> FERREIRA, Roberto Martins. Op. Cit., p. 138

<sup>177</sup> Idem

<sup>178</sup> Ibid., p.139

### 3.5. 1968: Rumo à militarização total

1968, o ano que não terminou, segundo o famoso ensaio do jornalista Zuenir Ventura<sup>179</sup>, já foi demasiadamente estudado e analisado sob diversos aspectos nas ciências humanas, especialmente nas Ciências Sociais e História. A guisa de conclusão, faremos uma breve análise deste período que foi divisor de águas na história da ditadura brasileira. Focaremos na análise sob perspectiva das repercussões no seio da instituição militar e no governo Costa e Silva, e seu desenrolar até a edição do fatídico Ato Institucional 5.

Segundo Chirio, entre 1965 e 1968 com o segundo e quinto atos institucionais, se parece “realizar por etapas a essência do golpe de Estado, em conformidade com o processo análogo de pressão dos quartéis e de uma “linha dura” sobre o palácio presidencial”, em suma, “a ala mais radical do Exército brasileiro teria finalmente conseguido, em 1968, impor a plenitude de seus pontos de vista ditatoriais”<sup>180</sup>.

As recentes análises do período de 68 e do AI-5, o interpretam não como uma resposta a um fato isolado, seja a tentativa de processar o deputado Márcio Moreira Alves ou as guerrilhas incipientes, mas sim a confluência desses elementos com um longo processo de radicalização vindos desde o golpe, com os 4 atos editados por Castelo, a outorga da nova constituição em 1967 e a nova lei de Segurança Nacional do mesmo ano.

Segundo Motta, “a motivação principal foi política, os promotores do Ato eram militares obcecados com a manutenção da ordem e o combate a esquerda revolucionária”<sup>181</sup>. A direita radical desejava novos instrumentos de exceção para reprimir a esquerda e completar a “operação limpeza” iniciada em 1964.

Mas quais fatores levaram a radicalização do regime? Podemos dizer que em 1968 se desenhava um grande movimento de massas antiditatorial que reunia amplos grupos sociais descontentes, tanto pela esquerda quanto pela direita liberal. Ainda conforme Motta,

É certo que a oposição se fez presente desde o princípio da ditadura, porém, a intensidade da resistência ao poder autoritário aumentou entre 1967 e 1968, tendo como marcos principais o ativismo estudantil, a ação parlamentar, as greves operárias e o início da luta armada promovida pela esquerda radical<sup>182</sup>

<sup>179</sup> VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

<sup>180</sup> CHIRIO, Maud. Op.Cit., p. 133

<sup>181</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 38, no 79, pp. 195-216. 2018. p. 208

<sup>182</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op.Cit., 2018, p.199

A população voltou as ruas no início do ano e as manifestações foram potencializadas com o assassinato do estudante Edson Luis em 28 de março no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. O ponto mais alto das manifestações contra o regime se deu em 26 de junho com a Passeata dos Cem Mil, também protagonizada pelos estudantes.

Segundo Moraes, as manifestações antiditatoriais nasciam quase sempre nas faculdades ou escolas secundárias, “nesse sentido, os estudantes constituíam categoria social mobilizadora por excelência, aquela que, pondo-se em movimento, movimentava as demais”

<sup>183</sup>

As lutas estudantis, desde manifestações de rua até ocupações de prédios públicos e universitários, foram ampliadas a largos setores da opinião democrática e reforçadas por duas importantes greves operárias, em Contagem-MG (abril) e Osasco-SP (junho). Pela primeira vez, desde o golpe de Estado, a ditadura era colocada na defensiva.

A resposta militar veio com força repressiva. Conforme já discutido, a partir do acirramento da crise o discurso anticomunista passa a ser novamente utilizado largamente tanto na mídia quanto nos quartéis. A partir daí “o acirramento do clima anticomunista na esfera do mundo militar é igualmente perceptível nas “conferências” da AMAN, que se multiplicam a partir de maio de 1968”<sup>184</sup>. A Passeata dos Cem Mil por si só foi assustadora para o regime, somado a isso neste mesmo dia um soldado foi morto, inflamando ainda mais o anticomunismo dos generais.

Conforme a hipótese apresentada por Martins Filho,

a eclosão das manifestações antiditatoriais, ao invés de lançar elementos de desunião e cizânia no campo militar, iria atuar como um fator adicional de unificação das Forças Armadas, colocando em suspenso as agudas tensões que se anunciavam no campo da linha sucessória. A situação militar teria se caracterizado, assim, por uma espécie de “unidade na crise” diante da ofensiva das forças anti-regime.<sup>185</sup>

Outra questão que é importante mencionar nesse momento de disputas políticas, é a forte atuação dos grupos anticomunistas, notadamente o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e o Movimento Anticomunista (MAC). Essas duas organizações paramilitares da extrema-direita protagonizaram diversos ataques terroristas a bancas de revista/jornal com

---

<sup>183</sup> MORAES, João Quartim. A mobilização democrática e o desenvolvimento da luta armada no Brasil em 1968: apontamentos historiográficos e observações críticas. **Tempo Social: Revista de Sociologia USP**. São Paulo. p.135-158, 1989. p.137

<sup>184</sup> CHIRIO, Maud. Op.Cit., p.119

<sup>185</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. São Carlos: EDUFSCar, 1995. p.134



materiais ligados a esquerda, ataques a teatros com agressão de atores e espectadores, pichações e divulgação de materiais de ameaça a grupos e indivíduos ligados a esquerda. Além dos famosos ataques a peça Roda Viva e a “batalha da Maria Antonia”<sup>186</sup>.

Conforme a dissertação de Clarissa Brasil, o CCC teria origens em 1962 formado por estudantes de direito da USP e Mackenzie, e sua primeira ação terrorista teria sido o incêndio da sede da UNE no dia do golpe em 1964. Esse grupo diverso contava com fardamento, armamento e técnicas policiais, até o AI-5 teria funcionado como braço direito da ditadura na repressão à esquerda<sup>187</sup>. Nossa intenção não é uma análise exaustiva sobre essas organizações anticomunistas, apenas pontuar sua fortíssima atuação no contexto.

Tratemos agora sobre o Ato Institucional 5. Depois de exposto o clima conturbado entre a população civil e a união na caserna para dar uma resposta, o episódio envolvendo o deputado Moreira Alves pode ser considerado a “gota d’água” para o governo agir. Era uma questão de legitimar não somente as ações do Executivo frente ao Legislativo e Judiciário, mas de salvar o próprio governo do ditador Costa e Silva, que nesse momento estava fragilizado e questionado dentro das Forças Armadas. Portanto, conforme Motta, “o novo ato autoritário se prestava não apenas a intensificar a repressão sobre a esquerda, mas, sobretudo, para enquadrar os dissidentes nas próprias hostes da ditadura”<sup>188</sup>.

Após reunião exclusiva com o Ministro do Exército, Lyra Tavares, que levava pedidos dos generais para que Costa e Silva salvasse a “revolução”, o alto escalão militar e os principais juristas da ditadura foram chamados para dar forma ao novo ato, que seria a consagração da militarização total do Estado.

O Ato Institucional baixado na sexta-feira 13 de dezembro reforçava os poderes do Executivo de maneira praticamente ilimitada. Era mantida a Constituição de 1967, porém ficava evidente que a Carta passava a submeter-se à vontade do Poder Executivo. O seu preâmbulo reafirma que a “Revolução Brasileira de 31 de março” está baseada, entre outros elementos, “no combate à subversão e às ideologias contrárias as tradições de nosso povo”, e

---

<sup>186</sup> Cf. VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: o diálogo é a violência. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil**. Campinas: Editora UNICAMP, 2008.

<sup>187</sup> BRASIL, Clarissa. **O brado de alerta para o despertar das consciências: uma análise sobre o Comando de Caça aos Comunistas, 1968-1981**. 2010. 124 f. Dissertação (mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de pós-graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010. p. 17-21

<sup>188</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op.Cit., 2018. p.195

que “atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais”<sup>189</sup> visavam destruir o regime.

Devido a esses fatos, conforme a análise de Motta,

O presidente poderia fechar as casas parlamentares, cassar mandatos e direitos políticos dos cidadãos, confiscar bens acumulados no exercício de cargos públicos, censurar a imprensa e decretar estado de sítio. Além disso, ficava suspensa a garantia de habeas corpus para crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular. Para retomar o expurgo do serviço público iniciado em 1964, mais uma vez foi decretada a suspensão das garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade. O governo poderia demitir, remover ou aposentar qualquer servidor público, sem necessidade de processo ou inquérito regular.<sup>190</sup>

Diferente do golpe ou até mesmo das demais medidas da ditadura, o AI-5 não foi bem recebido por diversos setores da sociedade, inclusive muitos até então aliados tornaram-se opositores ao regime. O Ato significou, portanto, o afastamento e isolamento dos militares em relação a uma parte de seus aliados. Segundo Motta, “a ditadura tornou-se mais militar, mais autoritária, e reduziu espaço de atuação de seus aliados civis, embora estes continuassem presentes, só que agora em posição ainda mais subalterna”<sup>191</sup>.

O AI-5 colocou os militares nas ruas para uma caçada ainda mais feroz aos “terroristas”, “subversivos”, “comunistas”, enfim, tudo aquilo que eles enquadraram como oposição. Segundo Martins Filho inicia um processo de transição para um novo momento da ditadura, e “o governo buscou ao mesmo tempo aniquilar qualquer espaço legal de exercício da oposição civil e colocar sob seu estrito controle setores estatais onde persistiam potenciais focos de resistência”<sup>192</sup>.

Para Napolitano “o ato inaugurou uma nova época, na política e na cultura, demarcando um corte abrupto no grande baile revolucionário da cultura brasileira então em pleno auge”, prossegue afirmando que “a ditadura deixou de ser “branda”, recaindo duramente sobre a parcela mais crítica da classe que ela prometia proteger e incrementar - a classe média -, sal da terra para a direita em 1964”<sup>193</sup>.

---

<sup>189</sup> BRASIL, **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. Brasília, DF: Presidência da República, 1968. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm) > Acesso em: 03 dez. 2019

<sup>190</sup> Ibid., p. 202

<sup>191</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op.Cit., 2018. p. 196

<sup>192</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. Op.Cit., p. 160

<sup>193</sup> NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit., p. 118

Mais adiante o autor, parafraseando o general Fiúza de Castro, escreve que,

O martelo de pilão de repressão não matou apenas moscas, mas tudo que ousasse voar. O regime militar montou uma grande máquina repressiva que recaiu sobre a sociedade, baseada em um tripé: vigilância - censura - repressão. No final dos anos 1960 esse tripé se integrou de maneira mais eficaz, ancorado em uma ampla legislação repressiva que incluía a Lei de Segurança Nacional, as leis de censura, os Atos Institucionais e complementares, a própria Constituição de 1967.<sup>194</sup>

Os comunistas, independente do partido em que estivessem, continuariam sendo o alvo preferencial da repressão institucionalizada. Entretanto, “os campos se demarcavam com nitidez. A maioria se preparava para intensificar ou começar ações armadas”<sup>195</sup>. Conforme reflete Reis Filho: “A derrota surpreenderia em 1964. Um drama político. Depois de 1968, sem deixar de surpreender, a derrota massacraria, em forma de tragédia, os comunistas brasileiros”<sup>196</sup>.

Como bem apontou Sodré, “o anticomunismo leva, ele sim, a regimes em que crimes infamantes tornam-se o pão de cada dia - tortura, sequestro, assassinato, banimento, exílio -, como bem sabemos”<sup>197</sup>.

---

<sup>194</sup> Ibid., p. 128

<sup>195</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Op.Cit., p. 70

<sup>196</sup> Ibid., p. 73

<sup>197</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit., p. 109

#### 4- Considerações finais.

Neste trabalho procuramos analisar duas conjunturas políticas distintas a luz do anticomunismo militar em cada uma delas. Tratamos do anticomunismo militar a partir das Ordens do Dia e Alocuções expedidas em comemoração da derrota dos levantes comunistas de 1935, no período do governo João Goulart, conhecido como a segunda onda anticomunista, bem como as mudanças nessas mensagens nos primeiros quatro anos da ditadura civil-militar, tendo como pano de fundo as relações entre civis e militares nestes dois períodos de extrema importância da nossa história.

Acreditamos que a escrita deste trabalho de conclusão de curso, no ano de 2019, se tornou uma experiência muitíssimo mais interessante, para não dizer outra coisa, do que se estivéssemos escrevendo-o em 2015, por exemplo. Devido a inúmeros fatores, mas principalmente ao retorno de uma retórica anticomunista na atualidade, por mais anacrônico que isso seja.

O tema do anticomunismo passou a chamar minha atenção principalmente a partir de 2016, após o golpe parlamentar-empresarial contra a presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). Especialmente na vergonhosa sessão de 17 de abril quando deputados federais votaram pelo impedimento alegando combate ao comunismo<sup>198</sup>. Embora desde as manifestações de 2013, 2014 e 2015 as direitas já tivessem ressuscitado o fantasma do comunismo.

A associação do PT com o comunismo é algo de longa data, pelo menos desde a primeira eleição democrática após a ditadura, em 1989. Mas foi a crise política iniciada pelos derrotados de 2014 que deu uma amplitude maior, e inclusive o Exército voltou a dar visibilidade para o tema.

Em recente texto sobre a tradição anticomunista no Brasil e suas relações com o antipetismo e a guinada à extrema-direita, Motta afirma que o antipetismo “parece estar ocupando hoje lugar semelhante ao que o anticomunismo ocupou no passado”<sup>199</sup>. Segue afirmando que “a onda ou o giro direitista que temos visto no Brasil desde 2014 alimentou - e

---

<sup>198</sup> XAVIER, Renan Melo. “Como vota deputado?” Relembra a sessão de abertura de impeachment de Dilma. **Poder 360**, 2017. Disponível em <<https://www.poder360.com.br/brasil/como-vota-deputado-relembre-sessao-de-abertura-do-impeachment-de-dilma/>> Acesso em: 10 dez. 2019.

<sup>199</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Anticomunismo, antipetismo e o giro direitista no Brasil. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane. **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019. p. 77

foi alimentado por - um movimento de reapropriação da tradição anticomunista, que se mesclou ao emergente antipetismo”<sup>200</sup>

Segundo Castro, a partir de 1985 as comemorações da “Intentona” entraram em um processo de declínio “perdendo cada vez mais força a veemente simbologia anticomunista”<sup>201</sup>. Em 1990 houve algo inédito, o presidente da República, Fernando Collor de Melo, não compareceu à cerimônia oficial. A partir daí as cerimônias passaram a ter cada vez menos relevância, ficando circunscritas a apenas militares da reserva ligados ao reacionário Clube Militar.

Em 2017 e 2018 o então comandante do Exército Brasileiro, general Villas Boas, utilizou suas mídias sociais para fazer referência às cerimônias de comemoração da “intentona”. Primeiro agradeceu ao departamento de Educação e Cultura do Exército “pela cerimônia no RJ em homenagem às vítimas da intentona comunista de 1935. Obrigado Soldado de ontem, hoje e sempre por manter o Brasil unido!”<sup>202</sup>. No último ano de seu comando voltou a escrever determinando que “rememorem a Intentona Comunista ocorrida há 83 anos”, prossegue afirmando que “antecedentes, fatos e consequências serão apreciados para que não tenhamos nunca mais, irmãos contra irmãos vertendo sangue verde e amarelo em nome de uma ideologia diversionista”<sup>203</sup>.

A partir da crise que levou ao golpe parlamentar de 2016 e posterior eleição de um presidente de extrema-direita, o tema do comunismo voltou a ser manchete nos jornais do país. Neste 27 de novembro de 2019, o vice-presidente da república, general Hamilton Mourão, também foi para suas redes sociais se manifestar sobre os eventos ocorridos há 84 anos .

---

<sup>200</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., 2019. p. 96

<sup>201</sup> CASTRO, Celso. Op. Cit., p. 62

<sup>202</sup> VILLAS BOAS, Eduardo. *Meus cumprimentos ao Departamento de Educação e Cultura do Exército e ao Comando Militar do Leste pela cerimônia no RJ em homenagem às vítimas da intentona comunista de 1935. Obrigado soldado de ontem, hoje e sempre por manter o Brasil unido!*. 28 nov. 2017. Twitter: @Gen\_VillasBoas. Disponível em: < [https://twitter.com/Gen\\_VillasBoas/status/93556300026714112](https://twitter.com/Gen_VillasBoas/status/93556300026714112) >. Acesso: 10 dez. 2019

<sup>203</sup> VILLAS BOAS, Eduardo. *Determinei ao @exercitooficial [Exército] que rememorem a Intentona Comunista ocorrida há 83 anos (27 nov 1935). Antecedentes, fatos e consequências serão apreciados para que não tenhamos nunca mais, irmãos contra irmãos vertendo sangue verde e amarelo em nome de uma ideologia diversionista*. 25 nov. 2018. Twitter: @Gen\_VillasBoas. Disponível em < [https://twitter.com/Gen\\_VillasBoas/status/1066709566178713602](https://twitter.com/Gen_VillasBoas/status/1066709566178713602) > Acesso: 10 dez. 2019

Na data de hoje, em 1935, traidores da Pátria intentaram contra o Estado e o povo brasileiro. A intentona de 27 de novembro foi a primeira punhalada do Movimento Comunista Internacional contra o Brasil. Não seria a última.<sup>204</sup>

Junto com o post o vice-presidente ainda colocou duas imagens, uma do monumento-mausoléu da Praia Vermelha e outra de fotografia de militares no contexto dos levantes. A tentativa de renovar os rituais que dão identidade ao Exército ficam evidentes em um momento conturbado da democracia em que os militares novamente voltam a ser protagonistas.

Na segunda onda anticomunista, as manifestações dos diversos grupos de direita eram constantes e diversas, combatiam os getulistas, trabalhistas, às Ligas Camponesas, os comunistas e socialistas, e o governo Goulart era visto como um conjunto onde todos esses grupos atuavam. As mensagens dos militares nessa conjuntura, como vimos, tratavam de assuntos diversos da política interna e externa, e por questões legais o governo Jango nunca foi diretamente atacado.

Quando os anticomunistas vencem a batalha em 1964, inicia um processo de reorganização do Estado brasileiro e da própria corporação, as mensagens refletem essas mudanças. Não obstante, o principal ponto destacado nas cerimônias seja buscar justificativas para o golpe e para a atuação dos militares na política. Concluimos novamente com uma reflexão de Sodré, para ele,

Ser comunista ou não ser é um direito democrático que só a intolerância mais profunda e mais vesga pode incriminar. O anticomunismo como doutrina, como princípio, como cerne ideológico tem alimentado, com intencionalidade indesmentível, o acobertamento das maiores e mais infames violências, e não só no Brasil, evidentemente. Todas as vezes em que a reação sente a necessidade de apelar para meios extremos, na defesa de seus interesses, apela para o anticomunismo.<sup>205</sup>

---

<sup>204</sup> MOURÃO, Hamilton. *Na data de hoje, em 1935, traidores da Pátria intentaram contra o Estado e o povo brasileiro. A intentona de 27 de novembro foi a primeira punhalada do Movimento Comunista Internacional contra o Brasil. Não seria a última.* 27 nov. 2019. Twitter: @GeneralMourao. Disponível em: <<https://twitter.com/GeneralMourao/status/1199673010388688897>> Acesso: 10 dez. 2019

<sup>205</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit., p. 108

## BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. **DOPS/MG: imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)**. Belo Horizonte: UFMG, 2006. Dissertação (mestrado em História). Programa de pós graduação. Departamento de História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.
- AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- \_\_\_\_\_. **De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- \_\_\_\_\_. **O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- BARRACLOUGH, Geoffrey. **Introdução à História contemporânea**. São Paulo: Círculo do Livro, 1964.
- BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. *In*: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian. **A América Latina: entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- BETT, Ianko. **A (re) invenção do comunismo: discurso anticomunista católico nas grandes imprensas brasileira e argentina no contexto dos golpes militares de 1964 e 1966**. São Leopoldo: UNISINOS, 2010. Dissertação (mestrado em História). Programa de pós graduação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo-RS, 2010
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UNB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil**. Volume 7. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições técnicas, 1996.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

- BRASIL, Clarissa. **O brado de alerta para o despertar das consciências: uma análise sobre o Comando de Caça aos Comunistas, 1968-1981**. 2010. 124 f. Dissertação (mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de pós-graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010
- CATROGA, Fernando. **Memória, História e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- CARONE, Edgard. **O PCB: 1964-1982 (Vol 3)**. São Paulo: Difel, 1982
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CARVALHO, Ferdinando de. **Lembra-vos de 35!**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1981.
- CASTRO, Celso. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- COSTA, Homero de Oliveira. **A insurreição comunista de 1935**. Natal, RN: EDUFRN, 2015.
- COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional: O poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio A.D; CASTRO, Celso. **Visões do golpe: 12 depoimentos de militares que articularam o golpe militar de 1964**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.
- DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. O início do fim: o ano de 1962 como estopim internacional do Golpe de 1964. In: DOMINGOS, Charles S. M; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza. **Capítulos de História Política: fontes, capítulos e objetos**. São Leopoldo: Oikos, 2018.
- FELIZARDO, Joaquim José. **A legalidade: último levante gaúcho**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: O Golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instaurou a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.



- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. (Coleção O Brasil Republicano, v. 4)
- FERREIRA, Roberto Martins. **Organização e poder: análise do discurso anticomunista do Exército Brasileiro**. São Paulo: Annablume, 2005.
- FERRO, Marc. **O Ocidente diante da Revolução Soviética**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais**. São Paulo: Contexto: 2016.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- \_\_\_\_\_. **A Ditadura Escancarada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas a luta armada**. São Paulo: Editora fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.
- GONÇALVES, Martina Spohr. **Páginas golpistas: democracia e anticomunismo no projeto editorial do IPES (1961-1964)**. 2010. 225 f. Dissertação (mestrado em História). Departamento de História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.
- HOBBSAWM, Eric J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. São Carlos: EDUFSCar, 1995.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- MONTEIRO JÚNIOR, Luis Otávio Ribeiro. **A cruz e a espada contra a foice e o martelo: anticomunismo católico e militar no Brasil (1917-1945)**. Rio de Janeiro: UFF, 2014. Dissertação (mestrado em Assuntos Estratégicos). Programa de pós graduação em Assuntos Estratégicos da Defesa e Segurança. Instituto de Assuntos Estratégicos. Universidade Federal Fluminense, 2014.

MORAES, João Quartim. A mobilização democrática e o desenvolvimento da luta armada no Brasil em 1968: apontamentos historiográficos e observações críticas. **Tempo Social: Revista de Sociologia USP**. São Paulo. p.135-158, 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2002.

\_\_\_\_\_. A cultura política comunista: alguns apontamentos. In: NAPOLITANO, Marcos; CAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.). **Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

\_\_\_\_\_. Anticomunismo, antipetismo e o giro direitista no Brasil. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane (orgs.). **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019.

\_\_\_\_\_. Cultura Política e ditadura: Um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, jan./mar. 2018.

\_\_\_\_\_. O perigo é vermelho e vem de fora: o Brasil e a URSS. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 227-246, 2007.

\_\_\_\_\_. O anticomunismo e os órgãos de informação da ditadura nas universidades brasileiras. **Contemporânea: Historia y problemas del siglo XX**, Montevideo (Uruguai), Ano 3, Volume 3, 2012.

\_\_\_\_\_. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 38, no 79, pp. 195-216. 2018.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2018.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **“O inimigo mortal do sigma” O anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)**. Rio Grande: Pluscom, 2011.

PARENTI, Michael. **A Cruzada Anticomunista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros: história e memória do PCB**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

PONS, Silvio. **A revolução global: história do Movimento Comunista Internacional (1917-1991)**. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2014.

RÉMOND, René (org). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REINHOLD, O; RYUZHENKO, F. **El Anticomunismo Moderno: Política. Ideología.** Moscú, Rússia: Editorial Progreso, 1976.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A Revolução faltou ao encontro: Os comunistas no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. **A Revolução que mudou o mundo: Rússia, 1917.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da Revolução Brasileira.** São Paulo: Editora UNESP, 1993.

\_\_\_\_\_; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs). **História do Marxismo no Brasil.** Campinas: Editora UNICAMP, 2002. (Volume V.)

\_\_\_\_\_. **História do Marxismo no Brasil.** Campinas: Editora UNICAMP, 2007. (Volume VI.)

RODEGHERO, Carla Simone. **Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964).** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

\_\_\_\_\_. **Memórias e combates: uma história oral do anticomunismo católico no Rio Grande do Sul.** São Paulo: Letra e Voz, 2017.

\_\_\_\_\_. **O diabo é vermelho: o imaginário anticomunista e a Igreja católica no Rio Grande do Sul (1945-1964).** Passo Fundo: Editora UFP, 2003.

\_\_\_\_\_. Religião e patriotismo: o anticomunismo no Brasil e nos Estados Unidos nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 463-488 2002.

SILVA, Carla Luciana. **Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SILVA, Vicente Gil da. **A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista à instrumento de intervenção política (1961-1964).** 2008. 248 p. Dissertação (mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A intentona comunista de 1935**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

SOUZA, Sandra Regina B. S. **Os sete matizes do rosa ou o mundo contaminado pela radiação comunista: homens vermelhos e inocentes úteis**. Salvador: UFBA, 2009. Tese (doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de pós graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia, 2009.

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: o diálogo é a violência. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil**. Campinas: Editora UNICAMP, 2008.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 35: sonho e realidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Guerra Fria: o desafio socialista à ordem americana**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.